

Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense

TH. POMPEU SOBRINHO

A toponímia indígena antiga da costa do Ceará oferece interessante feição histórica, sómente superada quando se considera em conjunto a toponímia geral, que compreende aspecto muito mais variado e elucidativo. Esta, realmente, consta de nomes portugueses, francêses, espanhóis, italianos, asiáticos e ameríngos, de procedências diversas.

As denominações locais surgiram, alteraram-se ou desapareceram, foram uma ou mais vezes substituídas por outras de igual ou diversa origem, numa ordem determinada, sob o estímulo de circunstancias mais ou menos bem conhecidas. Daí o revelarem elas, nesse dinamismo histórico, episódios de que se não tinha ainda conhecimento, confirmarem, precisarem, situarem e esclarecerem outros até agora mal apontados pelos velhos cronistas.

Mesmo dentro do setor puramente indígena, muito mais estreito, a toponímia das nossas costas comporta surpresas históricas relativamente importantes e quase sempre muito curiosas. Sumariamente desejamos apontar algumas, salientando as mais importantes, mas sem o desenvolvimento que a matéria comporta e merece.

*
* *

Os velhos topônimos indígenas da costa do Ceará, considerada do delta do rio Parnaíba á foz do rio Apodi, podem ser enquadrados dentro de vários períodos ou ciclos com significação própria, e regular caracterização. Uma classificação desta natureza serve para destacar melhor os acontecimentos históricos relacionados com eles e despertar correlações, muitas vezes, sobremaneira interessantes.

Cumpramos observar que não consideramos, aqui, a atual costa do Ceará, mas uma costa cearense histórica, imediatamente anterior aos seus dois últimos retraimentos, um definitivo e regular no extremo norte, e outro não ainda de todo sancionado e irregular no extremo leste. Poderíamos considerar esta costa com a extensão que apresentava anteriormente, da barra do rio Parnaíba a ponta dos Três Irmãos, no Rio Grande do Norte, porque, ao tempo das primitivas capitânias, eram estes os limites claramente assinalados nos velhos mapas seiscentistas, como se vê nomeada-

mente nos de Matth. Seutterum, no de frei Gioseppe di S. Teresa que é de 1698, e ainda em outros mais modernos, tal como no de N. de Fer, "*geographic de sa Majesté Catholique*", que foi publicado em 1717. Teriamos então de quase duplicar o nosso estudo, feito com a pressa que se exigiu para ser publicado na "Revista do Instituto do Ceará", correspondente ao ano de 1945.

*
* *
*

O *primeiro ciclo* abrange o largo período que do descobrimento (Fevereiro de 1500) estende-se até 1574. Caracteriza-se pela ausência absoluta de nomes indígenas. Este fato indica positivamente que durante três quartos de século as relações entre estrangeiros e nativos eram pouco frequentes, escassas e mais ou menos fugazes, porventura, geralmente inamistosas. Na maioria das vezes os navegantes que perlustraram os nossos mares passavam ao largo, evitando tanto quanto possível desembarcar em qualquer parte. Mas, se o faziam, iam com muitas cautelas para evitar encontro com os índios, tidos por cruéis, antropófagos e muito valentes. Quando resolviam descer às praias é que a isto os impelia a necessidade de descanso, se não a de fazer aguadas, recolher lenha; e em alguns lugares entregar-se a rendosas e fáceis pescarias, com que abasteciam as despensas de bordo.

O *segundo ciclo* compreende o último quartel do XVI século, ou mais precisamente o período de 1570 a 1604. Caracteriza-se pelo aparecimento dos primeiros topônimos indígenas, de que apenas dois foram registados e chegaram até o presente: *Mucuripe*, aplicado a uma enseada e a uma ponta de terra, e *Jaguaribe*, designando um rio. Este escasso registo revela que as relações entre nativos e estrangeiros eram ainda pouco frequentes, mas já não tão difíceis e perigosas, e seguramente mais demoradas e estáveis. Corresponde a frequentes viagens de aventureiros de Pernambuco e Paraíba que vinham recolher ou comprar aos índios ambar-gris. Vê-se que os dois pontos mais importantes para um tal escambo eram o *Jaguaribe*, largo trecho da costa tendo por centro a barra do rio deste nome, e a região do *Mucuripe*. Além dos portugueses e mamelucos que vinham de Pernambuco e Paraíba, apareciam aventureiros que do reino vinham fazer resgate clandestino e não raras vezes saltar os pobres índios, preando-os para escravos; e desta maneira acirravam ainda mais a justa animosidade dos indígenas. Andavam pelas nossas costas também flibusteiros franceses, bem mais habéis nas suas relações com os nativos, cuja amizade e confiança sabiam captar. Entretanto, não deixaram na toponímia vestígios destas visitas perigosas, mas certamente lucrativas. Enquanto os lusitanos preferiram explorar as costas ao sul do *Mucuripe*, os gaulêses, já visando ao Maranhão, procuravam as regiões do norte, tratando com os tremembés das praias e os tabajaras da serra da Ibiapaba.

O *terceiro ciclo* vai de 1604 a 1636 e se caracteriza pelo aparecimento de copiosa nomenclatura indígena, especialmente de origem tupi. Isto revela uma notável aproximação dos conquistadores com os índios e a

redução destes aos seus serviços e necessidades. As relações, assim mais estreitas e mais frequentes entre nativos e portugueses, naturalmente redundaram em detrimento do comércio francês e do progressivo afastamento destes estrangeiros. Corresponde realmente este período às primeiras tentativas de exploração e ocupação das terras pelos colonizadores europeus, concretizadas: nas frustradas expedições de Pero Coelho, na catequese dos jesuitas, Padres Francisco Pinto e Luís Figueira, no estabelecimento e nas primeiras lavras de Martim Soares Moreno nas margens do rio Ceará, perto do mar. A grande preponderância dos nomes de origem tupi sobre os de procedência tapuia, deixa bem claro que os invasores se entendiam melhor com aquele povo. E isto era natural porque eles nas suas entradas, se faziam acompanhar de numerosos índios tupis, já catequizados em Pernambuco e Paraíba, por meio dos quais captavam a amizade ou a confiança dos que iam encontrando pelo caminho. Deste modo, conquanto os tupis não fossem os principais habitantes das nossas costas e praias, especialmente senhoreadas ou percorridas pelos tapuias, vítimas prediletas da cupidez dos invasores, e portanto deles mais arredios, os nomes impostos aos acidentes geográficos, aos rios e serras, às pontas e enseadas, aos lugares e praias eram tomados aos potiguaras sobretudo, e um pouco aos tabajaras. Tais circunstâncias explicam por que, nesse período, o trecho da costa ao sul de *Mucuripe* se erizou de topônimos tupis, os quais dali para o norte rareavam progressivamente. E' que os tapuias tremembés, notáveis pela sua valentia, conseguiram manter-se por muito tempo nas praias, especialmente ao norte da barra do rio Curú. Foram também estas praias os últimos redutos dos franceses no Ceará: Pelos estuários dos rios, como o do Camucim, os gaulêses entravam em terra, conquistando com habilidade a boa vontade dos tremembés e dos tabajaras da serra da Ibiapada que, vivendo em boa camaradagem com os seus vizinhos do mar, frequentavam as costas setentrionais do Ceará onde se abasteciam de pescado.

Surgem desde o começo deste período os nomes de *Camucim*, *Acaracu*, *Iguape*, *Propiá*, *Paripuera*, *Upanema*, *Mossoró*, etc. oriundos do idioma tupi, e *Tutoia* (Ototoi), *Ceará*, de proveniência tapuia.

O *quarto ciclo* ocupa todo o tempo da dominação holandesa no Ceará, de 1636 a 1654. Caracteriza-se pela proliferação dos nomes indígenas registados a moda flamenga, encontradiços por toda a costa, de norte a sul. Este fato mostra que os holandêses percorriam todo o litoral e praias com o animo de bem conhecer o valor econômico das diversas regiões, mas especialmente, a procura de boas salinas. E' dêsse tempo o característico aspecto morfológico dos topônimos indígenas abundantemente registados nos numerosos mapas batavos: *Ipanim* (Upanema), *Mondahug* (Mundaú), *Ussuapaba* (Ibiapaba), *Marajaik* (Marajaú), *Tipoig* (Tupuiú), *Munduig* (Mudubin), etc.

Outro fato interessante, próprio desse período, é que se registaram muitos topônimos tapuias, alguns dos quais substituindo nomes tupis ou portugueses dos ciclos anteriores, *Corouibo* (nome tremembé) substituiu Acaracú; *Curubu* (tremembé) substituiu Tarairig ou Trairi, etc. Isto mostra que os holandêses, muito mais do que os portugueses, se interessaram pela amizade dos tapuias, especialmente pela dos tremembés, por cujas praias se ia ao Maranhão. Não só estes tapuias, ao norte, como os tarai-

riús, ao sul, inereceram os seus cuidados, especialmente depois que a guarnição flamenga do Ceará fora sacrificada pelos índios rebelados contra o mau tratamento que receberam dos primeiros invasores.

Finalmente, o *quinto ciclo* deve ser enquadrado no espaço de tempo que vai de 1654 (defecção holandesa) a 1700. Corresponde ao início mais ou menos fecundo da colonização protuguêsa. Caracteriza-se pelo aparecimento de pequenos núcleos demográficos estáveis ao longo da costa, sobretudo abrigados nos estuários dos rios. Estas povoações incipientes recebiam ordinariamente o nome do rio a cuja margem se instalavam (Camucim, Acaracu, Ciopé, Pecém, Trairi, etc.). Algumas porém adotavam nomes igualmente indígenas mas relacionados com qualquer outra circunstância geográfica ou humana local, geralmente muito sugestiva (Aracati, Beberibe, Aquiraz, Parangaba, Paupina, Caucaia, Jeriquaquara, Parnaíba, Ibiapaba, Mossoró, etc.).

*
* *
*

No estudo individual dos topônimos antigos, registamo-los conforme a sua grafia presentemente usual; para os que desapareceram, a que tinham nessa ocasião. Após brevíssima indicação geográfica, apenas suficiente para a boa inteligência da significação de cada um, e sumário escorço histórico, tentamos oferecer uma interpretação etimológica, tão resumidamente quanto possível, recorrendo á análise já feita pelos nossos mais abalizados tupinólogos. Sómente quando, segundo o nosso próprio modo de encarar o caso, não concordamos com o critério dèsses ilustres linguistas, aventuramos a nossa tentativa de discriminação etimológica, depois de expormos as razões que nos pareceram assás ponderosas para justificar o divórcio de opinião.

As dificuldades que estudos desta natureza acarretam são por vezes insuperáveis em vista dos nossos parcos conhecimentos das línguas tapuias dos vários grupos línguo-culturais que percorriam as costas nordestinas, nos dois primeiros séculos do descobrimento. Sabemos que os tupis no XVI século já ocupavam trechos da chapada norte da Ibiapaba, frequentavam eventualmente as costas norte do Ceará e porventura as do delta do rio Parnaíba, em boa amizade com os tremenbés; verdadeiros habitantes destas paragens. Na nossa opinião, êstes indígenas dominavam tôda a costa das margens do rio Curu ao Maranhão.

Não sabemos ainda se os índios da nação Anacé e os Wanacés, que habitavam os sertões mais chegados ás costas do norte, e por vezes visitavam as praias que se estendiam do rio Acaraú ao rio Ceará, eram realmente pertencentes ao grupo tarairiú. Êstes, porém, que compreendiam as numerosas tribos dos paiacus, Genipapos, Canindés, Jandoins, Sucurus, Quitariús, etc., e provavelmente a dos Jaguaribaras e Jaguaruanas e poucas outras que campeavam pelas proximidades do litoral, ao sul do rio Ceará, e frequentavam assiduamente as respectivas praias, viviam numa précaria camaradagem com os potiguaras do Rio Grande, da Paraíba e Pernambuco. Ao sul do rio Ceará, o número de topônimos tapuias é muito reduzido na costa; quase que desapareceram além do Potengi (rio Grande).

As denominações locais em língua tremembé e tarairiú são atualmente indicifráveis por carência de conhecimentos. Da dos tremembés sómente possuímos alguns topônimos mais ou menos deturpados, colhidos na costa que fica entre o rio Curu e o Maranhão; e da dos tarairiús conhecemos um pouco mais, porém, muitíssimo ainda falta para que nos aventuremos a qualquer análise etimológica dos topônimos registados.

*
* *
*

ACARAÚ — *Geog.* Rio, coroa ou baixos marinhos, costa, município e cidade do norte do Estado. O rio Acaraú é o maior do Ceará depois do Jaguaribe. Deságua no mar, entre as pontas do Itapagé e Jeriquaquara, formando um pequeno delta, em frente do qual se estende o grande banco ou coroa do mesmo nome, onde o mar é extremamente piscoso.

Hist. — O topônimo primitivamente applicava-se á barra do rio ou ás coroas fronteiras, sob a forma de *Acaracú* ou de *Acaragus*, como escreviam alguns cronistas. Sómente em 1879, em virtude de disposição legislativa da Província, passou á forma atual, considerada de melhor eufonia.

O mais antigo registo do nome encontra-se na “Jornada do Maranhão”, quando o seu autor, Diogo de Campos Moreno, referindo-se a costa, frente da qual velejava a armada de Jerônimo de Albuquerque, no dia 29 de Setembro de 1614, diz ter reconhecido a “terra do Acaracú e seus parceis que a uma légua do mar não davam mais que duas braças e meia de agua”. Estes emparcelados e a barra do rio eram desde muitos anos antes bem conhecidos dos nautas que frequentavam as nossas costas. No mapa de Pedro Reinell, em 1516, figura a foz do rio Acaraú com o nome de “b. dos parces” (barra dos parcéis). Anteriormente, embora sem designação, aparece esta barra bem evidente nos mapas de Cantino (1502) e de Canério (1505). Ela também parece ter sido observada por Pinzón ou Lepe, em 1500, pois podemos facilmente identificá-la, a leste da saliente ponta de Jeriquaquara, no célebre mapa de Juan de la Cosa, o mapa pioneiro do continente americano. Na carta de Gaspar Viegas (1534), o melhor confeccionado na primeira metade do XVI século, está a costa do Acaraú, com a denominação de “tra de pescaria” (terra de pescaria), no meio da qual se abre a foz de um rio. Em 1574, no conhecido “mapa das capitãias”, o rio Acaraú tem a denominação de “r. Grande”, e o cronista Gabriel Soares na sua “Notícia do Brasil”, em 1587, lhe dá o nome de “rio da Cruz”, confundindo-o com o rio Camucim. A posição geográfica consignada por Soares, porém, não permite dúvidas sobre a identificação.

Os grandes parcéis da costa, tornando-a sobremodo estimada pela abundancia de peixe, também contribuíram para nomear o rio e as costas próximas. Nos excelentes mapas de Vaz Dourado (1580) chama-se “rio das Baixas”. O peixe e as consequentes pescarias ainda influíram na toponímia local, como se observa no mapa do inglês J. Rotz (1542), onde se regista a “bar de pees” (barra dos peixes) e a “terra de pescaria”. Igualmente, no mapa de Diogo Homem (1558) está a “tierra da pescaria”.

O nome ACARACU surgiu no começo do XVII século e não mais desapareceu, porém modificou-se para Acaraú. Aplicado ao rio e aos baixos,

passou a uma povoação de pescadores que se formou no estuário a uma légua do mar, a margem direita, primitivamente conhecida por "Barra do Acaracú". A povoação evoluiu, passou a vila e atualmente é a importante cidade do Acaraú.

Convém não esquecer que no comêço da segunda metade do XVII século, o rio Acaracú foi geralmente conhecido, pela denominação tapuia de *Conoribo*, provavelmente de origem tremembé. Mas, já no último quartel daquele século, esta expressão desaparecera, definitivamente substituída pelo nome tupi, agora alterado para Acaraú.

Etim. — A primeira tentativa de interpretação do vocábulo devemos ao botânico Von Martius que, na sua obra "Glossaria Linguarum Brisiliensium", em 1863, diz tartar-se da contração de palavra tupi *acará*, isto é, *aca*, chifre, corno e *hy*, água. "Pisces Acará" ou corno água; dando a corrução de *Acará goassú*, acará grande, em *Acaraçú*, donde *acaracú*.

Depois do sábio alemão, veio a contribuição do nosso primeiro etimologista indígena, frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em 1867, que in tomo 8, da Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, explica: *Acaracú* — *Acara.có*, roça ou quinta dos acarás. Mais tarde, o romancista cearense José de Alencar, nas notas do seu célebre romance *Iracema*, diz: *Acará*, garça e *có*, buraco; rio ou ninho das graças. Seguiu-se, então, o tupinólogo e historiador Dr. Paulino Nogueira que julgou imprestáveis as etimologias de Martius e de Alencar, por isto que "nem o rio tem peixes grandes nem de cornos, nem *có* significa buraco". Inspirado no frade citado, propõe: *Acará*, e *có*, quinta ou roçado, isto é, quinta das garças. Observa, porém, que com a atual grafia o vocábulo significa "rio das garças" de *Acará*, garça e *hu*, água, rio. (Vocabulário Indígena, in Rev. Inst. Ceará, 1888).

Teodoro Sampaio oferece a seguinte interpretação: *Acará.y*, donde *acara.hu* que, pela forte aspiração do último elemento, deu *acara.cú*, rio dos acarás.

Não nos parecem isentas de reparo todas estas análises, mesmo a do eminente tpinólogo nacional. Os índios em todos os casos análogos não seguiam o modo de composição acima adotado. Realmente temos *Gereraú*, *Maracanaú*, *Jaçanaú Curiaú*, etc. e não *Gereraçú*, *Maracanacú*, *Jaçanacú*, etc. Em vista disto, in Rev. do Inst. do Ceará, tomo XLVII, aventurámos esta outra interpretação: *Acará*, garça e *cú*, bebida, certa bebida indígena muito estimada pelos tupis. Entretanto, agora nos parece preferível supor que *Acará*, nome genérico de pequenos peixes que orlinariamente apresentam espinhos ou acúleos no corpo, está ligado a esta circunstancia organica. Jorge Marcgrave, em 1648, tratando dos peixes do nordeste brasileiro, referiu-se a um certo *acará*, possivelmente o actual *Astronotus ocellatus* (Agass.) que tem 15 espinhos no dorso. Também descreveu o velho naturalista flamengo o *acará* preto, ou *acarauna*, armado de "agudissimo ferrão". Pensa o ictiólogo Paiva Carvalho que se trataria de um *Acanthurus*, gênero de peixes especialmente caracterizados por possuirem cauda armada de forte espinho móvel.

Ora, o vocábulo tupi *acará* contém o elemento *acá* que significa cascudo, escamoso-arranhento, enrugado e ainda corno, chifre, galho, ponta, espora, esporão (de aves) como nos ensina o "Dicionário Brasileiro-Portu-

tuguês" que é de 1795. Por outro lado, *cú* pode vir de *guaba*, passando sucessivamente pelas etapas *gua*, *gú*, *cú*, e traduz a noção de comer ou beber. Portanto, *acara.cú* pode significar: o lugar onde os acarás comem ou bebem; o comedouro de acarás. Convém porém não esquecer que os peixinhos que trazem o nome de *acará* são muito comuns em todos os nossos rios, estuários e lagoas, onde encontram farta alimentação. Nestas condições não é muito provável que tais circunstâncias impressionassem os índios ao ponto de daí tirarem um topônimo, especialmente para a barra de um rio dos mais caudalosos do nosso Estado; mas, os baixos ou corôas que numa grande extensão confrontam com a barra poderiam justificá-lo plenamente por isto que, sem dúvida, os índios conheciam a piscosidade das corôas e sabiam que os peixes ali se acumulavam pelo fato de ser farta a alimentação, mercê da calma e serenidade das águas. Referindo-se êstes baixos, escreve Colatino Marques, no seu "Roteiro da Costa do Norte do Brasil": "o mar não arrebenta sobre este emparcelado, nem forma capelos como acontece no Albardão, na costa do Rio Grande do Sul". A proverbial piscosidade do lugar, conhecida desde o comêço do século XVI, porvém do fato dêstes emparcelados constituírem um verdadeiro comedouro de peixes.

Esta interpretação parece muito sugestiva malgrado ser estranho que peixe tão vulgar, pequeno e por toda parte encontradiço merecesse a honra de provocar tão importantes topônimos. Daí, o por que ainda devemos fazer algumas observações que se enquadram no caso. Sabemos que *Acará* servia ainda para designar a nossa bela garça branca, ou garça real, natável pela sua elegancia. É a *Casmerodius albus egretta* (Gmelin), ou simplesmente *Ardea egretta*. Marcgrave a observou e descreveu sob o nome de *Guiratinga* (ave branca); é, porém, mais conhecida vulgarmente por *acaratinga* ou somente *acará*. O naturalista Goeldi diz que ela é muito comum por toda parte onde há superfícies de água um tanto consideráveis. No Ceará existe esta ave, particularmente abundante nas lagoas do litoral, nas ganboas e mangais dos estuários dos maiores rios, onde encontra farta alimentação. Sabe-se de longa data que ela vive em bandos copiosos no estuário do rio Camucim, Aracati-açu e particularmente nos alagamares do delta do rio Acaraú, onde os caçadores já fizeram terrível dezimação, estimulados pelo elevado preço que as delicadas *egrettes* destas árdeas alcançaram nos mercados de Fortaleza.

Tais considerações nos levam a outra interpretação do vocábulo: *Acará*, garça branca e *cú*, de *guaba*, participio nominal do verbo *ú*, comer ou beber. Êste verbo tem os dois participios, o ativo *guara*, o comedor ou bebedor, e *guaba*, o comedouro ou bebedouro, ou também o que se come ou se bebe, a comida ou a bebida. Não é pois descabido admitir que *Acaracú* signifique, também, o lugar onde comem as garças, o comedouro das garças, natural alusão á abundancia de alimento que tais aves encontram nos alagados, nos alagamares e mangais do rio.

Assim, pois, *Acaraú*, alteração de *acaracú*, tanto pode ser "comedouro de acarás (peixe), como comedouro de garças.

Conquanto não nos pareça enquadrar-se no caso, julgamos conveniente lembrar ainda outra plausível interpretação. Os potiguaras percorriam as costas da Paraíba, Rio Grande e pelas do Ceará perambulavam a caça do ambar-gris que iam vender aos seus amigos francêses, e mais tarde

aos portugueses. Marcgravé que os observou descreve uma bebida fermentada que eles usavam e chamavam *cawicaracú*, preparada com a mandioca mansa "aipí macacheira", depois de bem mastigada pelas mulheres velhas da tribo. Ao suco resultante desta operação denominavam *caracú*; o qual diluído em água aquecido em fogo lento e depois decantado, constituía um licor muito apreciado. Está claro que promitivamente o tubérculo de que se serviam os índios para o preparo de *caracú* seria a dioscorea *cará*, ou outro com este nome, pois a expressão quer dizer *bebida de cará*. Ao que parece, mais tarde, por qualquer circunstância, a palavra passou a designar, como se pode ver em Batista Caetano e no Padre Roiz Montoya, vinho de raízes, naturalmente de qualquer raiz, inclusive a da euforbiácea macacheira. O padre que referimos, in seu vocabulário, apenso a "Arte de la Lengua Guarani", diz: *Cará*, rayz conocida, comestible. E logo adiante: *Caracú* vino de rayz, como de batatas y mandioca, etc. Já no tempo de Montoya, o *caracú* podia ser preparado tanto com *cara*, como batata ou macacheira, e certamente com qualquer outro tubérculo que as velhas pudessem mastigar sem risco de envenamento. Certamente, os indígenas do *Acaraú* cultivavam a mandioca no litoral e faziam, para as suas festas frequentes, o *cawim*; mas, que relações se poderiam encontrar entre esta bebida e a barra ou os parcéis que lhe tomaram o nome?

Para finalizar, desejamos ainda indicar a interpretação dada a esta palavra pelo dr. João Mendes de Almeida que a encontrou aplicada a um ribeirão do município de Iguape, em S. Paulo: *Acarahú* vem de *Aquá-ára-aú*; por contração, *Ác'-ar'-aú* "pouco corrente". *Aquá*, correr, levado ao particípio com a particula *ára*, corredor, corrente. *Aú* dicção para significar defeito, má vontade. A primeira parte desta análise mostra-se susceptível de severa crítica.

ACUMA — É' o nome que se dá ao rio Juá no mapa de Johannis van Keulen (1682) e noutros de confecção holandesa do XVII século. Nos mapas de Albernaz está *Asumame* ou *Asumeme*, porém, no que existe apenso ao livro "Reção do Estado do Brasil", que é o mais antigo que regista o topônimo, lê-se *Acuceme*. Evidentemente o vocábulo é de origem tapuia, provavelmente tarairiú.

APECUI — *Geog.* Lugar nos salgados do rio Acaraú, á margem esquerda do estuário.

Hist. O topônimo apareceu no fim do XVII século, mas somente foi registado na carta de sesmaria passada em 1706, em favor do Capitão Rodrigues de Castro Araújo.

Etim. *Apé.cuí*, literalmente areia do caminho, ou caminho arenoso, aliás, como é muito comum no litoral cearense.

APODI — *Geog.* Rio e serra (chapada) no extremo leste do Ceará; município e cidade no vizinho estado do Rio Grande do Norte. Esta chapada é um planalto de modesta altura que se eleva entre o curso do rio que tem o mesmo nome, no rio Grande, e o do rio Jaguaribe, no Ceará. O pé da encosta dêste lado aproxima-se muito do leito inferior do Jaguaribe. Talvez por isto, a chapada já foi conhecida por "serra do Jaguaribe". Em alguns mapas quinhentistas, a extremidade norte, e morros dela destacados por erosão, trazem o nome de "serra de São Miguel", deno-

minação também aplicada ao rio. O trecho dêste, da barra ao lugar Pau-Infincado, devia ser, como fora durante muitos anos, a extrema entre os estados do Ceará e Rio Grande. Neste trecho e no seguinte, até um pouco a montante da cidade de Mossoró, comumente, toma a denominação da cidade. Nos mapas seiscentistas, o rio Apodi traz o nome de *Ipanema*, palavra geralmente deturpada em *Panema*, *Ipanim*, etc.

Etim. Nos documentos antigos, o vocábulo se reduz a *podí*, topônimo também atribuído a uma serra seca no sul do Ceará (Assaré).

Podí talvez possa ser alteração de *potí.i*. *Potí* em tupi significa mãos pontudas e serve para designar o pequeno crustáceo — camarão, tão abundante nos estuários dos rios nordestinos. Assim explicada, a palavra teria sido, com certa propriedade, aplicada inicialmente, ao rio, passando depois à serra.

Teodoro Sampaio lembra que *Apodi* significa cousa firme, altura unida; e neste caso, seria topônimo bem aplicado à chapada. Não dá o ilustre tupinólogo a análise do termo que é simples: *apó*, raiz, base, fundação, e *di*, alteração de *ti* (adjetivo), levantado, erguido, alto.

Poderia ser ainda: *potí*, resíduo, borra, feses, dejectos, o produto da cousa que se desfaz ou se desmancha; então, *apoti*, e por natural deturpação *apodi*, designaria a elevação que se desmancha em areia, produto da ativa erosão que se verifica nas encostas da chapada. A serra, geralmente formada de arenito pouco coerente, está sujeita a um processo de erosão que, por ser bastante ativo, teria impressionado os tupis, dando-lhes a noção de que se desfaz.

AQUIRAZ — *Geog.* Nome do primeiro município criado no Ceará (1699) e de uma velha cidade situada a 3 quilômetros do mar, na margem direita do rio Pacotí. Dista desta capital 30 quilômetros e goza de excelente clima.

Hist. A primeira referência a êste nome encontramos sob a forma de *Baiquirás* em documento de 1681, aplicado a uma lagoa que desaguava no rio Pacoti.

O sítio que Estêvão de Moura fundou perto do desaguadouro da lagoa, à margem daquele rio, em terras da sesmaria que lhe foi concedida em 1681, tomou a denominação de *Aquiraz*, palavra derivada de *Baiquirás*. Poucos anos depois, Moura vendeu o sítio a Manuel da Fonseca Leitão, que o fez próspero e de tal jeito povoado que já no último ano do século, nele fora criado vila. Esta sómente foi instalada no ano seguinte, mas não lá, e sim no lugar do forte, onde é agora esta Capital. Em 1713, a vila foi transferida para o Aquiraz definitivamente.

Etim. Para Paulino Nogueira, que se deparou com a velha grafia de *Agoakirá*, num texto latino do padre John Breiver, escrito em 1789, significa — água pouco adiante”. Explica: *Agoa*, corrução de *ig*, água, *iki*, vizinho, perto, pouco e *yra*, adiante.

Retomando a grafia *baikirás*, atribuída a uma lagoa, somos levado a supor que *ba* é alteração de *ipá*, lagoa, *iquirá*, água viçosa, fértil, produtiva; donde, “lagoa de água fertilizante”, talvez pelo limo rico de adubos das suas margens.

Teodoro Sampaio, porém, dá esta interpretação: *Aqira.á*, isto é, caroço grande de fruta, cousa pouco expressiva. Inspirou-se Sampaio em

Batista Caetano que escreve: *aquira*, brotado, crescido, grande, e *ar*, nascer; grãos grandes. Como se mostrou, a palavra comporta interpretação tupi, mas nada impede que seja ela de origem tapuia, cousa muito difícil de verificar.

ARACATI — *Geog.* Município e cidade no extremo oriental do Ceará. A cidade está situada á margem direita do rio Jaguaribe, a 15 quilômetros do mar.

Hist. Tomou êste nome a antiga povoação de “Santa Cruz do Porto dos Barcos”, formada no lugar “Cruz das almas”.

Aracati é o nome tradicional da brisa vespertina que diáriamente, no verão, sopra do mar para o interior da terra. Perlongando o amplo e chato vale do rio Jaguaribe, na estação sêca do ano, atinge o vale do rio Salgado, ainda com relativa velocidade. O vento *aracati* é muito conhecido dos sertanejos, por que quando alcança qualquer localidade do sertão faz baixar a temperatura, trazendo uma sensação de bem estar, muito apreciada. Pensavam os índios que a brisa bonançosa originava-se na barra do rio Jaguaribe. Daí a legítima suposição de que a primitiva “Cruz das Almas”, povoado formado perto da barra, recebeu o nome de *Aracati*. Deve-o a sua posição e a morfologia do vale.

Etim. Martius explica: *ara*, tempo e *catú* bom, bonançoso; Paulino Nogueira adota esta opinião, mas Teodoro Sampaio observa: *ara.caty* é o vento de maresia, o ar impregnado de mau cheiro.

Não devemos deixar de lembrar que: *ara* é o nome que os tupís davam ao tempo, ao mundo, ao espaço, a claridade; contém evidentemente o verbo *ar*, nascer, elevar-se, vir, ocorrer, cair. Donde *aracanga*, o dia limpo ou o tempo seco, o verão (B. Caetano). *Catú* é o adjetivo bom, bem, muito, bastante.

Portanto, *aracati* ou *aracatu* pode ser tanto tempo bom, como ar agradável ou saudavel, refrescante, e ainda “ar muito”, vento impetuoso, vento muito. Esta accepção, que não foi jamais indicada, parece digna de apreço, por isto que o vento *aracati*, após o meio dia, no rigor do verão, quando percorre as conhecidas várzeas do baixo Jaguaribe, torna-se impetuoso e levanta na sua passagem enormes rolos de poeira escura que seguem para o sul, invadindo as vivendas e povoações, como bulções sufocantes. Um tal caráter, próprio das várzeas de Russas e suas vizinhanças, tende a moderar a proporção que se afasta, e desaparece de todo ao deixar as planícies poeirentas do baixo Jaguaribe.

Então, o *aracati*, ao contrário, torna-se refrescante e é esperado com ansiedade pelos sertanejos do vale médio (Icó, Iguatú, Cariús, São Mateus, etc. Já na cidade de Jaguaribe tem perdido a quase totalidade das poeiras das várgeas e se vai tornando agradável.

ARACATI-AÇÚ *Geog.* — Rio que irriga certo trecho do norte do Ceará, e despeja na enseada dos Patos, a leste da ponta do Itapagé.

Hist. O topônimo vem do comêço do XVII século. Figura na descrição da costa feita em 1628 pelo holandês Kilian de Resenlaer, sob a forma de *Aracatyhug*, e no relatório de Jean de Laet, em 1640, com a grafia *Aracatiguivasu*. No mapa de Hondius (1636), está sob a forma *Aracatiuasa*; e nos de Blaeu (1649) e Loon (1654) *Aracateu*. Mas, a primeira referên-

cia encontra-se na relação do padre Figueira que é de 1607, onde se regista *Aracategi*. No mapa de Albernaz, o rio *Aracati-açu* tem o nome tremembé de *Catifim*.

Etim. As formas primitivas *Aracategi* e *Aracateu* significam simplesmente: rio *Aracati*. A grafia atual vem de 1640, quando Laet escreveu *Aracatigiasu* rio grande Aracati; certamente, já em oposição ao seu vizinho o rio pequeno Aracati (*Aracati-mirim*).

ARACATI MIRIM — *Geog.* Pequeno rio que corre paralelamente ao *Aracati açú* e despeja no oceano 18 quilômetros a oeste da barra dêste.

Hist. No mapa de Blaeu, em 1649, apareceu o topônimo sob a forma de *Orecatu-mirim*, e no fim do século, no de Santa Teresa, com a mesma singular grafia: *Orecatumirim*. Em alguns documentos antigos, êste rio traz o nome de *Mondão*, expressão que lembra *mundaú*. Entretanto, o rio que hoje se chama *Mundaú* era denominado então *Mondaituba*, facilmente identificado por ficar a leste de Pernambuco (Pernambuquinho) e o traço representativo do seu curso passar pela extremidade leste da serra da Uruburetama. No mapa de Albernaz de 1666, está com o nome de *Aquimondão*.

Quando, em 1690, começou a região a povoar-se, já eram correntes as expressões e grafias *aracatiaçu* e *aracatimirim*, atribuídas aos dois rios.

Etim. No interessante mapa de van Keulen (1682), ao lado oriental da barra do rio *Acaraú*, ali chamado *Conoribo*, está um largo estuário denominada *Mondao*, o qual recebe dois rios, uma a oeste, o "r. Croo" e outro a leste, o "R. Aracat". Êste deve ser identificado com o rio *Aracati-mirim*. Na descrição da costa, Resenlaer (1628) chama-o *Paratyhug*, isto é, rio do lagamar. Tal seria a primeira denominação do curso d'água que passou em seguida a *Mondao*, *Mondão*, ou como está em Albernaz *Aquimondão*. Finalmente, surgiu o topônimo atual sob as formas *Orecatumirim* e a que tem atualmente. A expressão *mondao* ou *mondão* parece alteração de *mundaú* ou *mundaú*, nome de outro rio próximo que os mapas seiscentistas registavam sob as formas de *Modoitatuba*, *Pondahug*, *Mondayta* e *Mondahug* (Ver *Mundaú*).

AQUAMAMUNE — Grupo das serras que Martim Soares Moreno chamava serra do Ceará. — (Ver *Dequemamune*).

ARIAMA — (Ver *Dequemamune*).

CAJUAIS — Ponta de terra, banco e antigo sítio, atualmente povoação, na praia da costa do município do Aracati.

Hist. O nome foi registado em 1705, na data de sesmaria concedida a Hieronimo da Silva, mas êste mesmo documento faz referência a outro mais antigo que anteriormente o teria mencionado.

Etim. *Cajú* é a alteração de *acajú* ou *acaiú*, fruto do cajueiro (*Anacardium occidentale*. L.). *Acaituba* é o cajual, vocábulo híbrido de que *cajuais* é o plural.

CAMAMUNE — (Ver *Dequemamune*).

CAMEMBE — *Geog.* Nome dado pelos índios a certa porção de terras do município de Caucaia, perto da lagoa do Gereraú.

Hist. Este topônimo apareceu no requerimento em que o Capitão Filipe Coelho de Moraes, um dos primeiros povoadores do Ceará, em 1680, pede ao Capitão-mor Sebastião de Sá, lhe mande passar "Carta de data de sesmaria de dez légoas de terra do Camembe..."

Etim. Alteração de *caa*, mato, e *membe*, fraco, enfezado, raquítico; (terra de) mato raquítico.

CAMUCIM — *Geog.* Rio, porto, município e cidade no extremo norte do Ceará. O nome aplicou-se primitivamente ao estuário do rio Curiaú.

Hist. Do estuário referido o nome passou para a aldeia e povoação que se formou á margem esquerda, um pouco ao sul das célebres barreiras vermelhas, já assinaladas por Gabriel Soares no último quartel do XVI século.

A primeira denominação do rio foi *Cruz* (rio da Cruz), ou rio dos "Três Braços", particularmente estimada pelos gaulêses, que por lá andavam e traficavam com índios. *Cruz* é topônimo antiquíssimo; encontramos-lo já no vetusto mapa do Egerton n.º 2803, sob a forma de "R de croce", em 1510. Desde então, passou a ser registado por numerosos mapas quincentistas. A expressão "Três Braços", que se vê nos mapas franceses de Descaliers, Le Festu e outros, bem como no português de Vaz Dourado, desapareceu antes do fim do primeiro século; a de *Cruz* porém, embora menos frequente, subsistiu na centúria seiscentista, ao lado dos topônimos "Rio de S. Francisco" e "rio Camucim". Possivelmente, o nome de S. Francisco não foi inicialmente atribuído ao rio Camucim. Crêmo-lo procedente do vizinho estabelecimento ou arraial, constituído efemeramente na enseada de Jeriquaquara, ao tempo em que ali estacionou a armada de Jerônimo de Albuquerque, antes de investir contra os franceses do Maranhão. No dia 4 de Outubro de 1614, estava a referida armada ancorada na enseada mencionada, e por ser o dia dedicado pela igreja ao então beato Francisco de Assiz, fez o Capitão celebrar a primeira missa festiva que se disse naquelas paragens, missa solene a que todos os expedicionários assistiram. O arraial ficou conhecido pelo nome do futuro santo, e como teve vida curtíssima, porquanto ao partir a esquadra foi literalmente destruído, o nome restou na memória dos índios e brancos que por lá ficaram, indo confundir-se com o do lugar habitado nas margens do Camucim. Assim se explica por que H. Hondius e Loon escrevem nos seus mapas, respectivamente de 1636 e 1654, "R Camucipe o S Francisco". Este topônimo persistiu, a par do de *Camucim*, durante todo o período seiscentista, pois ainda o encontramos no mapa de Santa Teresa, em 1698.

Desta duplicidade de nomes para um mesmo rio resultou certa confusão entre os cartógrafos coevos que chegaram por vezes a transferir o nome de *Cruz* para o rio *Acaraú* (Seutters) e mesmo para o *Aracati-mirim* (van Keulen).

Camucim é palavra, pela primeira vez encontrada em correlação com a expedição de Pero Coelho, que pelas suas imediações chegou em 1604; recolheu-a frei Vicente do Salvador, consignando-a na sua História do Brasil. Variando na sua grafia, persistiu até o presente, fixando-se sob a forma definitiva de *Camucim*.

Etim. Na "Jornada do Maranhão", Diogo de Campos escreve *Camori*, mas provavelmente é erro de cópia, pois, pouco antes (1-3-615), em

carta ao rei, Diogo de Menezes registava a grafia *Camosi*. Nos mapas holandêses do XVII século, de ordinário, está *Camocipe* ou *Camucipi*, com a pospositiva locativa *pé*, significando "no Camoci". Kilian de Resenlaer em 1628 escreve *Camocy*. O cartógrafo português Albernaz em 1666, quando não emprega o topônimo *Cruz*, regista *Camocim*. Gaspar de Sousa, em carta ao rei (1614), grafa *Camuci*.

Sôbre a expressão não ha portanto dúvidas. Segundo Teodoro Sampaio, é uma alteração da palavra tupi *Cambuchi*, que Batista Caetano diz significar o vaso de água, pote ou cantaro, tina, etc.

Parece-nos mais concentanea a interpretação de Barbosa Rodrigues: *Camocim* de *camotim*, pote, pela troca por eufonia do *t* pelo *c*.

Poderia ainda ser: *Ca*, de *caa*, mato, vegetação, mais *mocim*, alteração de *mocem*, estender, estendido ou aberto; mato aberto, vegetação rala, parecendo porém que aquela explicação é mais razoável.

CARACU — Antiga forma do topônimo *Acaraú* (vide êste).

CATIFIM — Nome que os tapuias tremembés davam ao rio Aracati-açu (vide).

Hist. O topônimo foi registado em 1666 por João Teixeira Albernaz, num dos seus mapas da costa do nordeste.

Etim. Sendo o vocábulo de origem tremembé, cuja língua é quase inteiramente desconhecida, torna-se impossível tentar qualquer interpretação.

CATU — Rio pequeno no município de Aquiraz. Deságua no mar entre a foz do Pacoti e a enseada do Iguape.

Hist. O topônimo foi inicialmente registado em 1683, numa petição de concessão de terras assinada por diversos, na qual dizem: que tendo notícia "que entre o Rio Charo e Pacoti esta um Rio que Chamam Catu..." Com esta forma conservou-se até os nossos dias.

Etim. Em tupi, *catú* significa bom; parece, pois, que os índios, como nos casos análogos, diriam, referindo-se ao rio: *Icatú*, água do rio bom, fértil, de boa água, etc.

CAUCAIA — *Geog.* Antiga aldeia e missão de índios potiguaras, de onde se originou a atual cidade e respectivo município, contíguo ao desta Capital.

Hist. O nome *Caucaia* applicou-se de princípio a uma aldeia e missão situada a poucos quilômetros a oeste do forte de N. S. da Conceição, de que recebia a necessária proteção contra os ataques dos tapuias rebelados. Passando a vila em 1759, a aldeia perdeu o seu nome indígena e chamou-se *Soure*. Quase cem anos mais tarde, em 1943, já sob a categoria de cidade, retornou á primitiva denominação. O topônimo vem do XVII século, pois em 1694, conforme informação do mestre de campo paulista Manuel de Moraes Navarro, existiam no Ceará (região em tórno daquele forte) 6 aldeias, cujos nome menciona. Entre elas estava a de *Caucaia*.

Etim. Paulino Nogueira aceita a velha interpretação dada pelo governador Barba Alardo: *caa*, mato e *caí*, queimado. Mas, a verdadeira explicação do topônimo foi dada por Teodoro Sampaio: *caa*, mato, e *ocaia*, que se queima; a queimada.

CAUIPE — *Geog.* Lagoa litoranea, rio, distrito do município de Caucaia e vila. O rio deságua no mar a W da ponta de *Paracumbuca*.

Hist. Achamos a palavra em 1636 figurando no mapa de H. Hondius, sob a forma de *Canigui*. Mais tarde, Laet registou, grafando-a *Carigui*. Na data de sesmaria de Teodósio Camelo (1707) está escrito *Couhipe*.

Etim. Para Teodoro Sampaio vem de *caui* ou *cauin*, derivado de *acayú*, y, água ou sumo do cajú, com que os índios fabricavam o seu vinho predileto. Daí, *Cauipe* significar “no vinho de cajú” ou “donde vem o vinho de cajú”.

Esta etimologia, a nosso ver, pede reparos, por isto que, em lugares onde nunca existiu caju, como nas terras onde viviam os guaranis, os índios tinham o vocábulo, significando apenas vinho ou bebida fermentada. Segundo Montoya, era *cãgui*; agora escrevem *caguy* e dizem *abatí caguy*, vinho de milho.

Entre os araucanos (Chile) há o termo *cahuin*, bebedeira, embriaguez, etc.

Batista Caetano pensa que *cagui* (expressão guarani), vinho ou bebida fermentada, corresponde ao tupi *caui*, com a significação de “farinha de erva”, o que não nos parece bem razoável. Julgamos, no caso que examinamos, que *cauipe*, pode ser: *caagui* ou *caawi* e *pe*, no *sub-arvoredo*, na mata baixa que cresce por baixo da mais alta.

CAURON — Nome tapuia, provavelmente tremembé, atribuído ao atual rio *Curu*. Nos mapas de Blaeu (1649), de Loon (1654) e poucos outros do século XVII, está “R Curu o Kauron” (Ver Curu).

CEARÁ — *Geog.* Rio, antiga aldeia, capitania, depois província e atualmente importante estado da União brasileira. Primitivamente o topônimo foi aplicado ao rio que ainda o conserva e deságua no mar, 8 quilômetros a oeste desta Capital.

Hist. O nome *Ceará*, dêste estado, surgiu no começo do XVII século. Supomos com boas razões que chegou à Paraíba ou a Pernambuco com Pero Coelho, ao voltar vitorioso da serra da Ibiapaba com os seus prisioneiros francêses e indígenas, certamente em princípios do ano de 1605 ou talvez um pouco antes, pois, como se sabe, notícias dessa primeira expedição de Coelho e das tropelias de Soromenho no Jaguaribe já se tinham divulgado na cidade da Bahia, em Março dêsse ano. Quando o Capitão regressava da sua excursão á serra da Ibiapaba, depois de 6 meses de guerra, portanto em Julho ou Agosto de 1604, resolveu, ao passar pelo Ceará, fundar nas margens do ria, um arraial, protegido por um fortim que se chamou de S. Tiago. Denominou a povoação de *Nova-Lisboa*, certo de fazer dela a capital do imenso território que supunha haver conquistado, a sua *Nova-Lusitania*. O pequeno núcleo demográfico, o primeiro que se formou neste estado, tomou ao começo certo desenvolvimento, ao ponto de levar um dos seus moradores, Martim Soares Moreno, a escrever na sua célebre “Relação do Ceará” que “aquelle sitio donde já era feita uma Cidade em muito bom sitio onde eu tenho agora uma fortaleza”. Isto escrevia Moreno 14 anos mais tarde, quando também lastimava a efêmera vida daquela esperançosa iniciativa. Despovoado sob a pressão dos nativos maltratados pelos portugueses, só em 1611 se repovoou com o retôr-

no do jovem soldado de Coelho, com um clérigo e apenas 6 compatriotas.

Parece certo que Pero Coelho colheu o nome dêsse lugar ou do rio na sua ida para a Ibiapaba, pois, diz o ilustre cronista coevo que registou o sucesso: "... foram todos (os da expedição) marchando até o Syará onde, depois de alguns dias de descanso por causa da gente miuda, tornaram a marchar"... Provavelmente, já antes de atingir a expedição êste pouso, sabia-lhe o Capitão o nome, por ouvi-lo dos índios do Jaguaribe que o acompanhavam. Nada indica que Coelho ou alguém da sua companhia, ao partir da Paraíba em Julho de 1603, tivesse notícia da palavra Ceará, aplicada ao nosso rio ou a qualquer lugar por aqui. Isto parece tanto mais certo quanto se verifica que nenhuma referência existe no regimento que lhe entregou Diogo Botelho em Janeiro. Podemos admitir que o Ceará, que logo depois seria o *grande*, ainda era desconhecido nos centros civilizados de então, e consequentemente também do chefe da expedição.

Em 1598, terminadas as obras do forte dos Reis Magos, no Rio Grande, o posto mais avançado para a conquista do litoral em rumo do norte, foi confiado a Jerônimo de Albuquerque. Imediatamente tratou o comandante de fazer pazes duradouras com os potiguaras que dominavam as praias, da Paraíba ao Ceará, praias também frequentadas assiduamente pelos tapuias taririús. Esta providência era sem dúvida a mais bem indicada e mesmo indispensável para que fosse possível prosseguir com êxito a conquista da costa. Celebradas estas em Julho de 1599, começou-se logo a formar uma povoação á sombra protetora da fortaleza e a penetração em seu tórno. Não tardou que se fizesse conhecido um pequeno e muito fértil rio que deságua no mar, cêrca de 8 quilômetros ao norte daquela povoação, chamado pelos indígenas *Ceará*. Esta circunstancia leva a suposição de que o Ceará do Rio Grande (hoje Ceará-mirim) só foi conhecido 4 ou 5 anos antes do nosso.

Reforçam a crença de que o topônimo rio-grandense não emigrou para o norte, as curiosas referências ao lugar, constantes do pormenorizado relato da expedição de Pero Coelho feito por frei Vicente do Salvador e, sobretudo, o modo como o Pe. Luís Figueira trata do lugar e do rio, no seu regresso da Ibiapaba. Êste ilustre jesuíta escreveu o documento mais antigo que até o presente se conhece relativo a história colonial do Ceará, a sua interessantíssima "Relação do Maranhão", que traz a data de 26 de Maio de 1608. Quando Figueira voltava da infeliz missão da Ibiapaba, onde perdera o seu santo companheiro, Pe. Francisco Pinto, sacrificado pelos índios tocarijús, demorou-se algum tempo na aldeia do chefe indígena Cobra Azul, perto do mar. Ao resolver continuar a sua viagem de regresso, diz: "... o inverno era passado, mãdei recado a hua aldeia q. estava no rio do CEARÁ 25 ou 30 legoas mais para ca pera o joagoaribe..." Alguns dias depois, o padre chegou a essa aldeia "... que está junto ao rio Ceará, 25 legoas alem de jagoaribe". Os índios dela haviam preparado uma agradável recepção ao hóspede, para quem tinham construído uma casinha "muy bonita de pindoba". Anota Figueira: "A estes índios do CEARÁ cõvidey, e tinha já dantes cõvidado q. viessem para a ygreja".

Êste já dantes devia ter sido por ocasião da passagem dos dois jesuí-

tas em demanda da serra, em dias de Fevereiro de 1607, quando ainda Pero Coelho se arrastava pelas praias inóspitas do Rio Grande, na sua dolorosa peregrinação para regressar á Paraíba.

Porém, além de Figueira e Martim Soares Moreno, o testemunho de outro contemporaneo o cronista Diogo de Campos Moreno, tio de Martim, é preciso indício para estear o assêrto. Observa o Sargento-mor do Estado do Brasil, in "Jornada do Maranhão", composta em 1615, referindo-se a Pero Coelho, na sua primeira viagem: "...e assim marchou até o Jaguaribe, donde no SIARÁ ajuntou a si todos aquêles Índios moradores, com os quais por necessidade da comida, e por passar avante foi até a grande serra de Buapava".

Em resumo, o topônimo rio-grandense deve ter sido divulgado na povoação que se formou sob a proteção do forte dos Reis Magos, logo que o rio, a que nomeou, foi descoberto e se tornou capaz de ser explorado, sensivelmente, em 1599; e, possivelmente, dèste tempo data o seu primeiro registo. O nosso appareceu em 1603, colhido pelos expedicionários de Pero Coelho, mas sómente foi registado, ao menos definitivamente, em 1608, pelo Pe. Luís Figueira. Nada induz supor que a gente de Coelho tivesse levado do Rio Grande, mas que fora, ali, aonde ainda hoje está, encontrado.

Depois de Figueira (1608), que grafou o topônimo como se faz presentemente, tem êste variado o seu modo de escrever, porém não substancialmente. A letra inicial que ora é C ora S não importa em nenhuma alteração fonética; a vogal que compõe a primeira sílaba, escreve-se ora como *e*, ora como *i* e raramente como *y*, também não concorre para importante modificação no modo de pronunciar a palavra.

O Pe. Figueira registou *Ceará* em 1608; em 1613, numa provisão de Jerônimo de Albuquerque, referente a Martim Soares, está *Seara*. Gaspar de Sousa, em carta ao rei, Manuel Gonçalves, regeifeiro de Leça, num roteiro que compôs da "Jornada para a conquista do Maranhão, como piloto da armada do Capitão-mor Alexandre de Moura, escrevem *Seará*. Isto em 1615, ano em que o jesuíta Manuel Gomes, em carta ao seu Provincial, regista *Ceará*, justamente como fazia Figueira, e nós atualmente, com o respectivo acento. Em 1618, Martim Soares Moreno grafava *Seara* e seu tio, o Sargento-mor Diogo de Campos, *Siara*. Na cartografia seiscentista, encontra-se comumente *Siara*, algumas vezes *Seará* e raramente *Syara*. No século seguinte aparece geralmente *Siara*, mas já no comêço do século XVIII é corrente a forma *Ciará*.

Etim. Nenhuma outra palavra indigena tem sido mais exaustivamente submetida a análise etimológica do que CEARÁ. A todas porém tem resistido com incrível tenacidade, negando-se a desvendar o segredo da sua misteriosa significação.

Os nossos mais conspícuos estudiosos das línguas americanas publicaram os resultados de suas cogitações em busca de uma solução razoável, mas o que de certo se há apurado é que todo o trabalho neste sentido ainda não se revelou satisfatório. Continuamos na ignorancia do que queriam os índios dizer quando pronunciavam o vocábulo.

Sómente muito por alto examinaremos as mais prestigiosas etimologias até o presente propostas desde Aires do Casal em sua "Corografia

Brasília”. Deixaremos de lado as que nos parecem mais divorciadas dos princípios linguísticos.

Verifica-se pelo exame de dezenas de exemplares dêste topônimo, constantes de documentos seiscentistas, que todas as formas gráficas com que se apresenta não passam das seguintes: Ceara, Seara, Ciara, Cyara, Siara; algumas vezes com o acento, mas, geralmente sem êle. Fizemos já notar que se a grafia mudava, a fonética da palavra conservava-se inalterada ou sensivelmente constante, pois não parece haver diferença bem perceptível na pronuncia da sílaba inicial, escrita com (e) ou com (i).

O primeiro homem de letras que se sentiu espicaçado com a significação da palavra indígena CEARÁ, ao que supomos, foi Aires do Casal, que afirmou querer dizer “canto de jandaia”. O ilustre cronista colonial forneceu inspiração a muitos outros curiosos que se ocuparam com a etimologia da enigmática expressão, a começar pelo Senador Pompeu, sem pre muito preocupado com as cousas da sua província. Diz êste: “significa canto de jandaia, papagaio pequeno, grasnador, muito conhecido nesta província”. Sem ter absoluta confiança nesta interpretação, observa ainda que, segundo outros, provém de “*Suia*, caça, que os Portuguezes encontravam em quantidade naquelles arredores”. Cumpre objetar que *Suia*, não é caça em tupi, e nem pode ser alteração de *Sóo*, ou *Çoó* ou ainda *Zoó*. Outro que abraçou a sugestão de Casal foi o ilustre romancista e indianólogo José de Alencar, que a tem como verdadeira, visto como *semo*, cantar forte, clamar, e *ará*, pequena ave ou periquito, dão a Ceará a significação de canto de jandaia (Iracema). O sábio glotólogo do “Instituto do Ceará”, Dr. Martinz de Aguiar, aceita esta variante que, com pouca diferença, também foi abraçada pelo Barão de Studart, para quem *Ce.ará* quer dizer grito de papagaio.

Von Martius, em 1863, limita-se a referir que Ceará ou Ciará é o nome de um papagaio; versão por outros igualmente aceita, como Mons. Pizarro, Milliet de Saint Adolphe e o abalisado tupinólogo Dr. Teodoro Sampaio que explica: *ci* de *cii*, casta de papagaios (Montoya) e a terminação *ará* que não tem aí outro valor que não o de confirmar a significado do radical *cii*; donde: Ciará ou Ceará, certa casta de papagaios e não canto de jandaia.

Partindo da versão divulgada pelo Senador Pompeu, que atribui a *Ceará* a significação de *caça* que por aqui abundaria, explica Paulino Nogueira: *Çoó*, *sóo* ou *suu*, caça, *ara*, tempo, e *á*, terminação que indica reforço de convicção, como querendo dizer: “verdadeiro tempo de caça”. Antonio Bezerra, numa das suas versões, filia-se a esta corrente interpretativa.

João Brígido julga que *Ciará* vem de *ciri*, gênero de cancer, e *ará*, claro, branco, alvamento; donde “caranguejo branco”, o que se apropriaria á impressionante abundancia de *graussá* (caranguejo branco) das nossas praias.

Devemos observar que as interpretações baseadas no falar ou cantar de *Psittacus*, trazem graves dificuldades. Realmente, falar ou dizer, em tupi, não é *cê* ou *ce*, mas sim *êê* ou *ê* que na composição pode dar *tê*, *rê*, *hê*, *guê* (Batista Caetano), e nunca *ce*. *Ce* ou *cema* é fluir, donde *iracê* ou *iracema*, mel fluir, fluência de mel.

Os que recorrem a *Ço* ou *suia* caça, não se devencilham de mais

sérias dificuldades, pois que não se sabe onde encontram apóio para explicar a transformação de *çoo* ou *çuú* (que aliás não é caça, mas sim o comer) em *ce* ou *ci*. Quanto a *ci*, *ciri*, e *ará*, branco não se encontra arrimo na observação dos fatos linguísticos relativos á matéria. *Ara* e não *ará* é que significa claro dia, e não branco que em tupi é *tinga*, por vezes na composição contraído em *ting*, *tim*, *ti*.

Todos os esforços feitos para expicar a palavra *Ceará* pela língua tupi ou guarani têm resultado nulos. Daí a justa suposição de que sua origem seja outra. Esta dúvida surgiu no espirito de Capistrano de Abreu que recorreu á língua cariri e acreditou dela tirar as raizes do vocábulo. Como veremos, isto não é possível. Na revista "A Quinzena", em 1887, o sábio historiador contende com o ilustre Dr. Paulino Nogueira a respeito da origem do nome *ceará*. Diz aquele: 1.º — que as explicações dadas até então sôbre a origem do venerável nome *Ceará* eram tão contraditórias entre si que; 2.ª — seria talvez conveniente sair da "língua geral" (tupi) e procurar lugar entre as chamadas línguas tapuias.

Recorre então ao cariri porque, como diz, "em nossa provincia dominaram" êstes indígenas. Observa que: em cariri, o nome de água é *dzu* (com *d* pouco sensível e o *u* soando á francesa, aproximadamente como o particípio passado do verbo *savoir*). Afirmo que este elemento (*dzu*) é visível na formação de *siará*, *sitiá*, *siupe*. Prosseguindo, anota que em cariri *era* é *verde*, e habilmente insinua que a palavra *Ceará* bem poderia vir de *dzu era*, devendo significar "água verde".

Para reforçar a sua hipótese afirma que os cariris eram originariamente povoadores do nosso litoral.

Paulino Nogueira, na sua contradita, achou conveniente e oportuno referir: 1.º — que *siupé* é termo tupi; 2.º — *sitiá* é palavra *portuguesa* deturpada; 3.º — que os cariris eram povo do sertão e repugnava aceitar a ideia de que tivessem dado denominação a pontos do litoral; 4.º — que, finalmente, o nome *Ceará*, imposto por Pero Coelho e seus companheiros potiguaras é, consequentemente, tupi.

Meticulosas investigações nestes setores da linguística brasileira indígena mostram porém que:

1.º — ao contrário do que julgava Capistrano, os cariris não dominavam o nosso litoral, mas apenas zonas restritas do sul da provincia, sendo certo que não desciam, pelo menos no território do Ceará e do Rio Grande do Norte, ao litoral;

2.º — entre a região do extremo sul do Ceará, onde habitavam os cariris, e as praias ou litoral vivia um povo diverso, muito numeroso, os *tarairiús*, ocupando vastíssimo território que ininterruptamente ia do Piauí á Bahia, e subdividido em um grande número de tribos de falar e costumes idénticos ou muito semelhantes;

3.º — *Ceará* não é nome que fora imposto por Pero Coelho ou seus companheiros potiguaras, nem ao rio, nem a qualquer lugar; é nome que, como mostrámos, êles aqui encontraram;

4.º — a palavra *Ceará* não é de origem tupi, mas, como já vinha Capistrano de presumir, tapuia. Também são de origem tapuia as palavras *Sitiá*, *Quixadá*, *Quixeramobim*, *Banabuiú*, *Quixelou*, etc., e finalmente

5.º — na língua cariri, o nome água é, de fato, *dzu*, mas o seu *u* não soa á francesa; e ainda:

6.º — Verde (ou amarelo), em cariri, é *erã* e não *era*. Neste idioma existe a palavra *erá* (oxitona), significando morada em geral e, por extensão, casa.

Ora, mesmo que na passagem do cariri para o falar português colonial o *ã* final desse *á*, como ocorreu algumas vezes no tupi (*paraná* deu *paraná*, *eira-puã* ou *irapuã* deu *irapuá*, etc.), não seria isto possível no caso em vista, pois no cariri não se podem fazer de *dzu* as dicções *dzi*, *si*, *si* porque o *ú* de *dzú* não soa como o seu homônimo francês.

Mas, mesmo admitindo que isto acontecesse, isto é, que *Ciará* procedesse de *dzu-erá*, nunca poderia significar “água verde”. Forçando as cousas, significaria “casa verde”, que se não poderia aplicar ao caso.

Realmente, na língua cariri, existe uma curiosa singularidade: certos adjetivos, inclusive os qualificativos de côres, quando concordam com determinados substantivos, levam necessariamente uma partícula que a êles se liga intimamente. Ora, no caso que nos ocupa presentemente, *erã* (verde), referindo-se ao substantivo *dzú* (água), nome de líquido, devia trazer a sí agregada a partícula *cru*, e então diríamos:

dzú cru erã ou *dzucruerã*, água verde

como também teríamos:

dzú cruyê água grande
dzú cruné, água clara.

e assim por diante.

Compreende-se agora que se não permite aceitar a sugestão de Capistrano de Abreu para explicar pelo cariri o nome de Ceará.

Há que procurar outras fontes dentro do enorme setor das línguas tapuias. Sabemos que os tupis nos tempos precoloniais não habitavam as costas do nordeste, especialmente o trecho ao norte da ponta do Calcanhar. É certo que no decorrer do XVII século os potiguaras pervagavam as praias do Rio Grande e do Ceará, para além daquele limite, e com frequência iam ao rio Jaguaribe e mais raramente até o Mucuripe. As nossas costas eram senhoreadas por tapuias. Ao norte, ao que parece, do rio Curu para adiante, dominavam os tremembés, que se estendiam pelas costas do Maranhão e chegavam provavelmente às do Pará. Ao sul do Curu, os tremembés andavam eventualmente; era êste o domínio de outros tapuias, de que, certamente, os mais importantes pertenciam ao grande grupo línguo-cultural dos tarairiús. Temos a impressão que tais indígenas não eram muito afeiçoados a essas praias, que somente as percorriam eventualmente, ao contrário do que acontecia com os tremembés, que residiam permanentemente nas praias do norte e delas não se afastavam em tempo algum.

Estas circunstancias nos induzem a supor que os topônimos tapuias das costas ao norte do rio Curu são de origem tremembé, e que os que encontramos ao sul daquele limite são provavelmente tarairiús. Sem dúvida não se pode excluir a hipótese de um ou outro provir de origem diversa, porque não sabemos se certas tribos encontradas pelas imediações do litoral, como a dos anacés, uanacés, etc. eram realmente tarairiús ou pertenciam a outro grupo línguo-cultural diferente, ainda não definido.

Está porém exatamente verificado que várias tribos tarairiús habi-

tavam várzeas do Jaguaribe, do Apodi e do Açu, e que frequentemente desciam às praias, especialmente quando os cajueiros frutificavam. Estas praias são as que se estendem do rio Curu ao rio Potengi.

Com a conquista de Pernambuco e da Paraíba, os tupis, refluindo das suas costas, foram ocupar o litoral mais ao norte, tornando-se, por sua vez, mais assíduos nas costas, foram ocupar o litoral mais ao norte, tornando-se por sua vez, mais assíduos nas costas cearenses, onde acabaram por se instalar.

Somos assim levados à hipótese muito verossímil de que o topônimo *Ceará* é proveniente do falar tarairiú; que foram os indígenas dêste importante grupo que batizaram os dois rios, o do Rio Grande e o dêste estado, e isto em época remota, bem antes da invasão estrangeira.

Nestas condições, como muito pouco sabemos da língua tarairiú e longe estamos do suficiente para que, com os elementos dela colhidos até o presente, possamos ensaiar qualquer tentativa de análise etimológica, parece impossível conhecer, ao menos por enquanto, a significação do vocábulo *Ceará*.

CHORÓ — *Geog.* Rio que deságua no mar a 68 quilômetros a SE desta Capital.

Hist. O topônimo surgiu em 1628 na descrição da costa nordestina deixada pelo holandês K. Resenlaer, sob a forma de *Wuychoro*; mas, já na carta de sesmaria, concedida em 1691 ao Capitão Domingos Francisco Chaves e seus companheiros, está “Rio Choró”. Na de Silvério Pereira, que é de 1704, regista-se: “na ribeira do *xoro*”.

Nem sempre êste rio conservou ou teve tal designação. Os potiguaras deram-lhe mais de um nome da sua língua. Nos mapas de H. Hondius (1636) e de Laet (1640) encontra-se a designação de *Propea*. No mapa português de Albernaz (1666), o rio chama-se *Paranduba* por Seutterum reproduzido na sua interessante carta. Na “Rezão do Estado do Brasil”, que é do comêço do século, lê-se *Parioduba*. Além dos nomes tupis referidos, encontramos ainda o de *Guararapug*, na carta de Santa Teresa e o de *Iapanasou*, na de Blaeu, atribuídos ao Choró.

O trecho de costa compreendido entre a barra do rio Jaguaribe e a ponta do Iguape sempre foi mal representado nos mapas antigos, tanto nos do XVI século como nos da seguinte centúria, embora sejam os seiscentistas bem mais detalhados. Isto deu lugar a algumas interessantes confusões cartográficas relativamente aos topônimos nele compreendidos. Assim o nome *Propea* que ordinariamente é aplicado ao rio Choró, em alguns mapas aparece deslocado, de modo a parecer atribuído ao rio Pacoti.

Etim. O vocábulo *Choró*, se realmente não é de origem onomatopeica, parece ter pela estrutura marcado parentesco com língua não tupi, provavelmente tarairiú. A expressão *Wuychoro*, encontrada em Resenlaer, que diz tê-la colhido diretamente dos conhecidos índios Paraúpaba, Pedro Potí e outros tupis, na baía da Traição em 1628, sugere uma alteração de “rio Choró”. Entretanto, Teodoro Sampaio, inspirado em Martius, refere que Choró significa rio correntoso, impetuoso (que o seu regime no litoral não justifica) ou rio ruidoso, relacionando o caso com o nome da inambu *Crypturus variegatus* que os tupis também chamavam *chorarã* e o vulgo chorarão e chororó. O botânico alemão diz: *Choró, Soró* (Ceará, Rio) —

Cororog, chororom, murmurar. *Fluvius fluctisonus*. O Dr. Paulino Nogueira acha que se trata da alteração de uma voz onomatopeica, *chorororon*, murmurar. Lembra entretanto que existe uma pequena ave com o nome de *choró-choró*, dando com isto a entender que dêste nome poderia derivar o topônimo. Não seria descabido, em vista desta imprecisão, lembrar que *Choró* tem ainda a possibilidade de provir da expressão tupi *soró* ou *sorog*, romper-se ou rasgar-se, rasgado, rompido, roto, dilacerado, ou talvez com mais verossimilhança da expressão onomatopeica, do estoque linguístico tupi, *chororon* (tororon), manar, fluir, borborinhar.

COCÓ — *Geog.* Nome de um pequeno rio que deságua no mar a leste da ponta do Mucuripe, no município desta Capital.

Hist. A palacra Cocó, aplicada a êsse rio, apareceu sob a forma de *cacu*, no mapa de Loon, em 1654, e figura, já no fim daquele século, com a forma *Koko*, no de Santa Teresa. Em 1682, na carta de sesmaria concedida ao alferes Antonio Pessoa de Araújo, consta o nome do rio com a atual grafia: *Cocó*.

Convém lembrar que êste rio também teve o nome de *Pacatuba*, tirado da serra de onde flui.

Etim. *Cocó* poderia ser o nome da linguagem popular com que se designa certa forma de penteado usado pelas mulheres. Os cabelos longos entrançados ou torcidos longitudinalmente, e depois enrolados coclearmente no alto da cabeça, formam o que chama *cocó*. Se assim fora, o topônimo não teria origem indígena.

Todavia, a palavra afeta estrutura americanista que, além do mais, justifica o seu antigo registo e a aplicação a um curso d'água e não a um morro (pois o cocó constitui elevação que de algum modo lembra um pequeno monte plantado nas cabeças femeninas). Outra presunção arrima esta hipótese: vários topônimos do interior dêste estado, ainda hoje subsistentes nas zonas outrora habitadas pelos índios tarairiús, contêm o mesmo radical ou todos os elementos mórficos da palavra, como *Cocodó*, *Cocoteno*, *Cococí*, etc.

Isto nos leva a admitir a origem indígena e tapuia do topônimo, porventura tarairiú. Tanto mais provável quanto sabemos agora, mercê de interessante documento (carta de sesmaria concedida em 1683, a João Pinto Correia e outros) em que se regista terem os concessionários dado presentes aos índios *gendahina*, para acomodá-los. Perambulavam êstes tapuias pela alta ribeira do rio Cocó e pelas suas vizinhanças. Ora os *jan-duins* (ou *gendahinas*, como escreve João Pinto) eram tarairiús.

CONORIBO — Ver Curujone.

CURIAÚ — *Geog.* Rio no norte do Ceará, cujo estuário e grande extensão do curso médio trazem o nome de *Camucim*.

Hist. Ao que presumimos o topônimo surgiu no fim do século XVII, mas só foi registado em 1705, na data de sesmaria concedida ao Tenente Manuel Dias de Carvalho e Félix Coelho, sob a forma de *Corualu*. Mais tarde, veio a prevalecer a grafia *Coreahú* ou *Coreaú*, ainda hoje vulgar.

Etim. Esta última grafia, bem como a primeira, podem ser consideradas como alteração de *Curiá.ú*, água ou rio dos curiás. *Curiá* é o nome

que os tupis davam a uma pequena ave, a *Ampelio cincta* ou *Cotinga cerulea*, da família dos Formicaroides. Cumpre não esquecer ainda que há no norte e centro do Brasil uma palmeira que Martius batizou por *Attalea spectabilis*, vulgarmente chamada *Curuá*. Expressão que poderia também ter dado *curuá* e *Curiaú*, rio da palmeira curuá. Esta análise não oferece porém a consistência da primeira.

Isto, entretanto, não nos parece muito concertaneo, porque, se tal fora certo, o índio teria naturalmente preferido dizer *Curubay* ou *Curuy* ou ainda *Curupará*. É verdade que temos a palavra *Paracuru*, topônimo relativamente moderno, aplicado à enseada dentro da qual deságua o nosso rio. Mas, cumpre anotar que *paracuru* é já uma formação léxica arquitetada sob a influência do falar português. Quer dizer — rio Curu, e não seixo ou torrões do rio, como teria sido o pensamento do potiguara que tivesse engendrado o nome.

Por outro lado, há probabilidades positivas de que o nome seja tapuia, certamente tremembé. De fato, apresenta marcado parentesco com outros nomes ou topônimos próprios desses índios costeiros: *Curubon* ou *Curubum*, *Conoribo* ou *Curunibo*, etc.

Considerações de ordem geográfica reforçam a hipótese da origem tremembé do topônimo *Curu*. Era este rio o limite sul da costa privativa dos tremembés antes da invasão dos exploradores portugueses e das incursões potiguaras à procura de ambar, mercadoria de escambo muito estimada.

CURU — *Geog.* Importante rio que drena grande trecho do sertão central do Ceará e despeja no mar, 80 quilômetros ao NO desta Capital.

Hist. Trata-se de um antiquíssimo topônimo, ao que supomos, pela primeira vez registado na “Jornada do Maranhão” de Diogo de Campos Moreno, em 1615.

Mais tarde, foi colhido por K. Resenlaer de índios tupis, escrevendo-o já com a sua forma atual (1628). Desde então, aparece em grande número de mapas seiscentistas, a contar do que tem por autor H. Hondius (1636). No meado do século, Blaeu e Loon fizeram anotar nos seus mapas que o rio *Curu* tinha também a denominação tapuia de *Kauron*.

Este rio teve, desde o seu descobrimento em 1500, por V. Pinzón vários nomes. O primeiro foi-lhe dado pelo descobridor espanhol — “rio Negro”. Em 1621, no livro “Rezão do Estado do Brasil” traz o apelido de “rio Doce”, e em alguns mapas seiscentistas é chamado de “rio Para”.

Albernaz, no seu mapa de 1666, lhe consigna e denominação de “rio Fermoso”. Provavelmente porque a sua foz está a muito pequena distância do rio São Gonçalo, antigamente chamado *Ciopé*, alguns mapas antigos confundem os dois cursos d'água, fazendo figurar somente um deles, ora com o nome de *Curu*, ora com o de *Ciopé*. Vê-se isto, por exemplo, no mapa de Keulen (1682), onde o atual *Curu* traz o nome de “r. Siebba” (rio Siopé).

Etim. A palavra *Curu* tem feição tupi, e nesta língua significa seixo, cascalho grosso, pedrinhas e até fragmentos, pedacinhos, torrões. Encerra, pois, o mesmo radical do vocábulo *curuba*, empola, sarna (expressão agora vulgar na linguagem popular nordestina). Teríamos então: rio dos seixos ou rio dos torrões. Ainda convém lembrar aqui que existe uma curcubi-

tácea chama-la *curuba*, a que se referiu o velho naturalista holandês Marcgrave.

Poder-se-ia admitir que *Curu* derivasse de *curuba*, alusão a possível abundancia de *gerimú de leite* nas primeiras lavras agrícolas feitas nas *coroas* aluviais do rio.

CURUJUNE — *Geog.* Antigo nome do rio Acaraú.

Hist. A primeira referência a este topônimo encontra-se no velho mapa anexo ao livro “Rezão do Estado do Brasil”, que é de 1621. Depois, aparece no “Regimento de Pilotos e Roteiros, de Mariz Carneiro, publicado em 1655. Diz Carneiro que o rio *Curujune* deságua por duas barras numa costa que corre a “loeste e a 4 do Noroeste” e é “muy rasa”, ficando dessa barra “8 legoas a loeste hum monte redondo muito alto, e antes que a elle chegues, verás huas barreiras vermelhas... Deste monte para a banda de Loeste está hua enseada. ... e chama-se esta enseada Jerucuaquara”. Ora, com tais indicações fica muito claro que o *Curujune* não pode ser outro rio senão o atual Acaraú.

No mapa do “Rezão do Brasil”, a grafia é *Corinibom*; no de Albernaz (1666) é *Coruybe* e no de outra edição deste mesmo autor é *Coronibo*. Van Keulen, em 1698, escreve *Conoribo*.

Curujune ou *Curuiune*, sem dúvida, foi expressão colhida por estrangeiros da boca dos índios tremembés que habitavam então as costas norte do Ceará. Anteriormente, as expedições portuguesas que perlustraram aquelas regiões ou delas se aproximaram (Pero Coelho, 1603/08, Jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, 1607/08, Jerônimo de Albuquerque, e outras) se faziam acompanhar de numerosos índios tupis (potiguaras principalmente) não só na qualidade de guerreiros, mas também como mentores das cousas da terra nova e dos seus desconhecidos habitantes, os tapuias. Estas expedições não conseguiram estabelecer relações suficientemente estreitas com os tapuias locais, sobretudo com os que viviam ao longo das praias. Por este motivo, os expedicionários sómente recolheram topônimos tupis, ordinariamente sugeridos pelos seus companheiros indígenas conforme as impressões que recebiam ao contacto com os novos lugares. Deste modo, a “serra dos Corvos”, referida por Figueira, é a *Uruburetama* dos tupis; o “rio ou comedouro das garças” é o rio *Acaracú*; o “rio aos potes” é o *Camucim*; o “buraco das tartarugas” é a *Jeriquaquara*, etc.

Os acidentes, assim nomeados, porém, já tinham uma denominação tapuia dada, pelos habitantes locais, tremembés, anacés, uanacés, jaguaruanas, etc. Até ha poucos anos nada sabiamos disto; hoje conhecemos alguns destes topônimos tapuias, registados depois do que o foram os correspondentes tupis, quando os índios de fala travada, como diziam os velhos cronistas, entraram em relações mais íntimas com os invasores europeus ou seus descendentes. Vejamos alguns exemplos curiosos: Acaraú era o *Curuiune* ou *Curinibom* dos tremembés, *Uruburetama*, era a *Uxububú dos anacés* (?); o rio *Trairi* era o *Curubu* dos tremembés; o rio *Pará* era o *Curú* ou *Cauron* também dos tremembés; o rio *Juá* era o *Assumame* dos tarairiús (?) a serra de *Maranguá* (*Maranguape*) era a *Uamamune*, proventura destes últimos, etc. Poucas excepções tem esta regra; e elas se axplicam facilmente por isto que os topônimos respectivos

foram colhidos diretamente, desde o começo, dos tapuias, nas relações menos breves que os primeiros invasores tiveram com tais índios. Como exemplo, podemos citar os topônimos *Ceará*, *Cocó*, *Pecém*, etc.

Etim. O nome *Curujune* dado ao rio *Acaracu* pelos indígenas locais, a pesar de ter uma feição tupi, (*Curu.i.una*, rio dos seixos pretos, ou dos torrões pretos) deve ser, ao que fundadamente supomos, tapuia, e muito provavelmente tremembé. Efetivamente, quando os navegantes ou exploradores das costas norte do Ceará colheram dos nativos este nome e o registaram (1621), já o rio tinha uma denominação tupi, apanhada anteriormente (1614).

As formas *Corinibom*, *Coronibo*, *Coruybe*, *Conorybo* podem ser reduzidas à dêste verbete (*Curujune*). Sabe-se que são frequentes nas línguas sul-americanas as seguintes permutas de sons (que bastariam para explicar aquela variedade de formas): *r, n; o, u; a, u; b, u, m, n*. Vê-se sem dificuldade que entre as formas *Coronibo*, ou *Corinibom* e *Curujune* estão as intermediárias *Curuybe* e *Conorybo*.

Não há porém elementos lingüísticos conhecidos para que se procurem etimologias de vocábulos tremembés.

DEQUEAMAMENE — *Geog.* Serras altas, visíveis do mar, entre Iguape e Mucuripe. São as atuais serras que circundam, à distancia de 4 a 6 léguas, a cidade de Fortaleza, com os nomes de serras do Camará, Arara ou Juá, Maranguape, Aratanha e Guiaúba.

Hist. Êste curioso topônimo aparece nos mapas seiscentistas e outros documentos históricos do mesmo século, substituindo o que, nos mapas quinhentistas, era registado por “monte de *Li*”, ou “monte *Deli*”, algumas vezes grafado *ely*, *eli*, o qual subsistiu até o começo da seguinte centúria, por isto que ainda o encontramos no mapa do *Wytfiet*, de 1611. *Li* é nome industânico, importado por marinheiros do começo do século XVI. As formas *Deli Delli* são apenas a justaposição da particula prepositiva *de* ao nome. Êste fenômeno de aglutinação não é isolado na nossa toponímia.

Antes que se tivesse feito o registo dêste topônimo, aquelas serras tiveram outras denominações. A mais antiga parece ser a de São Vicente, constante do mapa de João Ruysch (1608); outra, é a do Eggerton n.º 2803, de 1610: “montena verde”.

Em alguns mapas do meado do XVII século, falta o topônimo, sendo o acidente simplesmente assinalado pelo nome *serras*, se não pela simples referência: ponta ou cabo das serras. Ponta ou cabo que não existia de fato, mas aos navegantes, a certa distancia, parecia bem patente existir no ponto da costa onde o referido cordão de serras vinha morrer na praia, à margem do oceano.

Os nautas que passavam ao largo não percebiam a costa baixa que ficava abaixo do horizonte, mas notavam no seio das águas a extremidade da serra que, como um promontório escuro ou preto, devido a vegetação da montanha, se projetava mar a dentro. Em alguns documentos antigos e outros relativamente recentes, este grupo de montes tem o nome de “serras do Ceará”, certamente porque balisavam o pôrto do Ceará (Fortaleza).

O mais antigo registo do topônimo em estudo está no título do mapa conhecido como de autoria de Pero Coelho, provavelmente anterior a 1612,

organizado, ao que parece, para registrar os resultados da primeira expedição exploradora das costas cearenses em 1603/08. O título referido reza: "Descrição do verdadeiro descobrimento da nova conquista do Rio de Jaguaribe. Serra de Ariama, muibuapaba e ponaré e côfins do Maranhão que fez o Capitão-mor Pero Coelho de Sousa de ordem de Diogo Botelho, governador e Capitão geral do estado do Brasil des do anno de 1603 té o de 1608, com todos os seus portos, barras, serras e rios cõ suas nascensas". A expressão *nova conquista* deixa supor que o mapa fora organizado pouco tempo após o regresso de Coelho em 1608. Deve ser, pois, de 1609 ou 1610. O topônimo em aprêço está sob a forma muito contracta de *Ariama*. Em 1612, Diogo de Menezes, em carta ao rei, escreve *Aquamamune*, e logo depois, em 1614; no "Exame de Pilotos", Manuel de Figueiredo regista a forma *Camamune*. Em 1655, Mariz Carneiro no seu "Regimento de Pilotos", consigna: "serras (que) se chamão Dequeamamene, as quais vão botando pella terra dentro, e ficam sobre Igoape e Macoripe". Albernaz em 1666 regista "serra de Gemame" e João Blaeu, um pouco antes, o fizera com a forma de *Aquemamune*, quase como 37 anos antes escrevera Diogo de Menezes. No fim dêsse século, já o topônimo havia desertado de todos os documentos que conhecemos, substituído por "Serras do Ceará", serra de Maranguá, serra de Pacatuba, serra de Guáiba.

Etim. O topônimo apresenta-se com as seguintes formas, que vamos dispor na ordem em que apareceram: *Ariama*, Pero Coelho, 1610 (?); *Aquemamune*, Diogo de Menezes, 1612; *Camamune*, Figueiredo, 1614; *Dequeamamene*, Mariz, 1655; e, finalmente, *Gemame*, Albernaz, 1666.

Observa-se á primeira vista que *Ariama* parece sómente ter remotas afinidades com as demais. Dentre estas, cumpre anotar que a penúltima começa por um *de*, que nada mais é do que a preposição portuguesa, incorporada á palavra tapuia. Tanto esta preposição como o artigo *o*, por vezes, eram aglutinados ao topônimo indígena; encontra-se: *Ochoró*, *Opará*, etc. *Deli*, *Deaquemamune*. etc.

Podemos aventar a hipótese de que a palavra não alterada fôsse realmente a seguinte: AWAMAMUNE. Isto, porque: 1.º) o comêço do vocábulo, *aque* e *equa* podem ser reduzido a *gua* e, seguidamente a *água wá* e *ná*, mercê de um fenômeno bem conhecido de fonética; mas, *guá* pode dar também *cá*, e de *equa* se passa sem dificuldades para *qué*, *gué*, *ge*. Consequentemente, AWA ou WA poderiam alterar-se no falar português colonial, ou dos tupis, em *aqua*, *aque*, *ca* ou *ge*. 2.º) nem mais difícil é explicar como passar de WA ou AWA a *ari*, *aria* da forma mais antiga *ariama*. 3.º) quanto á segunda parte da palavra, nenhuma dificuldade pode ser aventada para obstar a transformação de *mamune*, em *mamene* ou *memame*, *mame* ou mesmo simplesmente *ma*.

De qualquer maneira, porém, a análise etimológica do vocábulo tapuia é impossível com os atuais conhecimentos que atualmente possuímos da língua tremembé, ou de qualquer outra não tupi da costa cearense.

ESTAJU — *Geog.* Monte na costa do município do Acaraú, que se pode identificar com o atual morro do Sargento.

Hist. A única referência a este topônimo, desde muito desaparecido, encontra-se no "Regimento de Pilotos" de Mariz Carneiro, que é de 1655. A identificação acima é relativamente fácil, pois, diz Carneiro: "partindo

do Pernambuco (Pernambuquinho) corre a terra e Loeste até huns arrecifes... que serão duas léguas do porto (Pernambuco)... e tem por conhecida hum monte redondo e escavado (certamente o morro dos Patos), e verás logo (dali) hum monte fermoso, que se chama *Estajú*.

Etim. O nome, evidentemente não sendo tupi, tem etimologia desconhecida.

GEMAME — Nome tapuia das antigas “serras do Ceará”. Ver Dequeamamene.

GOAHI — *Geog.* Lugar e várzeas à margem do estuário do rio Choró, perto do mar.

Hist. O nome foi primitivamente aplicado às várzeas do rio Choró, abertas logo a montante das dunas. A êle se refere a carta de sesmaria concedida em 1680 a Estêvão Velho de Moura, onde se encontra a grafia *Goyahi*. Dez anos depois, aparece o topônimo na data de sesmaria lograda por Manuel Rodrigues Bulhões, com a forma *Goahi*: “... da varge da Goahi do fim della para baixo do rio Choró...”

Este topônimo ainda existe, designando um sítio.

Etim. *Goahi* é alteração de de *Guá*.y, a água em seio, a enseada, diz Teodoro Sampaio. Notemos porém que uma tal idéia seria ordinariamente expressa pelo índio de modo diferente: *Iguá*, donde *Iguape*, na enseada, na água em seio. Como *Guá* significa não somente seio, mas tudo quanto apresenta pronunciada curvatura, bacia, baixada, vale, etc. poderíamos admitir que *Goahi* queira dizer, água da baixada, alusão às águas que se acumulam ou se estagnam em certas depressões das várzeas e contribuem para formar extensos atoleiros, ipus, poços, etc.

GUAIUBA — *Geog.* Serra ligada á da Aratanha, riacho afluente do rio Pacotí e vila do município de Pacatuba.

Hist. Surgiu o topônimo na carta de sesmaria concedida em 1682 ao sargento Jorge Martins, sob a forma da *Gaiba*, atribuido a uma serra. Atualmente, apresenta a forma *Guaiúba*, depois de ter passado pela de *Guaiba*.

Etim. *Guaiúba* é o nome de um peixe do mar, que não pode ter nenhuma relação com a serra, conquanto esta seja avistada do mar, ficando dele distantes cerca de 5 léguas. *Guaiúba*, no caso presente, deve ser interpretada: *Guá.i.uba*, literalmente “vale água muita”, isto é, vales fertes de água, como seriam os da serra.

GUASAPUINA — *Geog.* Nome dado em certo período do século XVII ao riacho Tapuiú que deságua no mar entre as barras dos rios Camucim e Timonha.

Hist. Registado em 1649 por Blaeu, no seu mapa, foi depois repetido no de van Keulen, em 1682, sob a forma de *Guaspuina*, no de Seutterum e, finalmente, no de Santa Teresa, em 1698. Desapareceu completamente no século XVIII.

Etim. Se é dicção tupi, como parece, pode ser interpretada: *Guá.ta-puii.na* (*nha, va*), isto é literalmente: enseada do rio do tapuii parecida, ou seja: enseada que parece ser a do rio do tapuia.

IBIAPABA — *Geog.* Serra em cuja chapada passa a linha divisória

entre os estados do Piauí e Ceará. A sua extremidade setentrional, que fica a 35 quilômetros da praia, é visível do mar.

Hist. — Esta ponta da serra, pelo fato de ser avistada do mar, foi bem cedo observada pelos navegantes. Ao que parece, como outras serras nas mesmas condições, entre o cabo de S. Roque e o rio Parnaíba, participou do nome de *S. Vicente* tão vulgar no primeiro quartel do século XVI. O topônimo porém só apareceu no começo do século seguinte. Figura em primeira mão na “Relação do Maranhão”, do Pe. Luís Figueira, escrita em 1608; e logo no ano imediato encontra-se na “Relação anual das cousas que fizeram os pes. da Companhia de Jesus nas Índias, no anno de 1606 a 1607”, escrita pelo Pe. Fernão Guerreiro. No mapa conhecido como de autoria de Pero Coelho, que deve ter sido organizado em 1610 aproximadamente, está registado com a esquisita grafia de *Muibuaapaba*. Gaspar de Sousa, em 1614, no Regimento dado ao Sargento-mór Diogo de Campos Moreno, que foi a conquista do Maranhão, grafa *Buapava*; e este ilustre Sargento, por sua vez, escreveu em 1615 *Buapava*. Os padres franceses que estiveram no Maranhão e escreveram a história dessa conquista grafam: o Pe. Claude d’Abbeville *Ybouyapap* (*Ybuiapap*) e o Pe. Yvo d’Evreux *Ybuapap*.

Frei Vicente do Salvador, na sua História do Brasil (1627), adota a grafia *Boapabba* e alguns anos mais tarde Matias Beck regista *Upuapaba*. Daí por diante, os documentos portugueses, embora sem grafia uniforme, deixam, aliás como se depreende também do que vimos de relatar das grafias primitivas ou mais antigas, bem patente que a verdadeira forma do topônimo, no falar colonial, é a que usou o pe. Luís Figueira, abalisado tupinólogo: *Ybiapaba*; ou de acôrdo com a ortografia moderna, a que já empregava o pe. Antônio Vieira *Ibiapaba*.

Etim. A interpretação da palavra tupi *Ibiapaba*, conquanto relativamente simples, deu lugar a algumas controvérsias. O primeiro que se interessou pela etimologia do vocábulo foi o P. Vieira em 1655. Na “Relação da Missão da Serra de Ibiapaba” explica: “*Ibiapaba*, que na língua dos naturais quer dizer terra talhada”. Frei Francisco dos Prazeres Maranhão propunha análoga interpretação, sacada da análise seguinte: *Ibi.apaba*, terra cortada. Martius, com menos propriedade diz: *iby* terra, *pabe* tudo; terreno descoberto, *omne terra*. O governador da Capitania do Ceará (1814), Luís Barba Alardo de Menezes, julgava que *Ibiapaba* devia ser deturpação de *Ibetuipava*, “que quer dizer acabou-se a serra, porque a dita villa (Viçosa) fica quasi na sua extremidade”; Pensava certamente o Governador em *Ibytyra*, serra e *paba*, acabado, findo. Para o Senador Pompeu (1860), *Ibiapaba* é “fim da terra”, também de acôrdo com Alardo. Paulino Nogueira, por sua vez, segue a opinião de Vieira e a de frei Maranhão “terra cortada”. Teodoro Sampaio faz a análise seguinte: *Ybiã.paba*, a estancia de terra alta ou chapada; o escarpado ou alcantilado.

Sómente em parte concordamos com Sampaio. Temos *Ybiã*, que deu *ibiã*, terra alta, *epaba*, findar, terminar, chegar ao fim. Portanto, o fim da terra alta. Clara alusão a impressionante escarpa da serra que, como um gigantesco paredão de rocha, em alguns lugares com mais de 700 metros de altura, se estende por muitas leguas, interrompendo de repente a chapada. Ali acaba a terra alta (*ibiãtã*) e começa a terra baixa (*ibiã*).

IGARASSÚ — *Geog.* Assim se chama o canal mais oriental do delta do rio Parnaíba. Mede 32 quilômetros de extensão e recebe o riacho Portinho. Este riacho e a parte inferior do canal eram até 1880 a divisa territorial entre os estados do Ceará e Piauí.

Hist. O topônimo foi registado sob a forma de *Iguaresu*, em 1636, no mapa de H. Hondius. Com a grafia de *Iguarasu* aparece em vários mapas seiscentistas, inclusive no de Santa Teresa, em 1698. Mais tarde, apareceu a forma *Hyguaraçu* (mapa de Silva Paulet, 1817). Na data de sesmaria concedida ao coronel Domingos Ferreira Veras, em 1761, está com a grafia *Igaraçu*, que julgamos ser a verdadeira.

O canal, suposto rio, chamou-se algumas vezes de *Paramiry* (Albernaz, 1666); então, o rio Parnaíba denominava-se *Paraguassú* (Loon, 1654) ou *Parazu*, alteração de *Paraçu* (Albernaz), rio grande.

Etim. *Iguaraçu* ou *Iguarassu* é alteração de *Igara*, canoa e *açu*, grande; a canoa grande ou barco.

IGUAPE — *Geog.* Enseada, ponta e morro no município de Aquiraz.

Hist. Primitivamente a enseada do Iguape denominou-se “golfo de São Lucas”, como está em muitos mapas quinhentistas. Desde o começo do século XVII, porém, traz a sua atual designação indígena.

A mais antiga referência que conhecemos é a da “Jornada do Maranhão”, de Diogo de Campos Moreno, quando relata a entrada da armada de Jerônimo de Albuquerque, que ia libertar o Maranhão, “na grande baía do Iguape, vespera do nascimento de Nossa Senhora, hum Domingo (7 de Setembro de 1614), ás dez horas do dia”. A jornada do Maranhão foi escrita em 1615, mas, certamente o nome teria sido colhido dos índios potiguaras alguns anos antes. Poderia ter sido no decurso da expedição de Pero Coelho (1603/1607), entretanto o historiador desta conquista, frei Vicente do Salvador, não o menciona. Poderia provir dos índios que iam com os jesuítas á serra da Ibiapaba (1607/1608), mas Figueira na sua “Relação do Maranhão” não o consigna. O que porém não sofre contestação é que Martim Soares Moreno desde a sua primeira tentativa de exploração nas margens do estuário do rio Ceará, iniciada em 1611, já conhecia o lugar com a denominação indígena, por isto que, na sua “Reração do Ceará, escrita em 1618, referiu-se a êles, como causas quase familiares. Nas suas vizinhanças, era o lugar objeto de constante fiscalização e cuidados: “Dali (rio Ceará) a barlavento está outra enseada chamada Yguape que também era repouzo de estrangeiros”.

Na relação de lugares da costa cearense colhida em 1628, na baía da Traição dos índios conhecedores das praias nordestinas, K. Resenlaer incluí a “praia de *Uguaguassu*” que não é outra que o trecho de litoral onde se abre a “enseada grande”, a qual corresponde exatamente a do *Iguape*. Nos mapas de Blaeu (1649) e Albernaz (1666), bem como no Regimento de Pilotos (Mariz Carneiro, 1655), o topônimo afeta a forma atual, o que mostra a sua propriedade.

Etim. *Iguape* significa: “na enseada”; de *Iguá*, a enseada, e *pe*, pospositiva de locação.

Uguaguassu quer dizer “enseada grande”, de *Iguá*, enseada e *guassú*, grande. Este qualificativo parece revelar que, então, a enseada do *Iguape* era considerada como das mais importantes do Ceará.

IPANEMA — *Geog.* Nome por que foi conhecido durante o século XVII o atual rio Apodi ou Mossoró (ver Apodi).

Hist. A primeira referência a este topônimo está, ao que supomos, no livro “Rezão do Estado do Brazil” que é de 1621. Afeta a forma *Opanema*, com o artigo *o* português; refere-se ao rio. Na relação Resenlaer a grafia é *Wupanem* e nos mapas de Hondius, Laet e outros da mesma época escreve-se: *Upanema*, *nuns*, e noutros *Hupanema* e ainda em alguns *Ypanim*.

No século XVIII, com o melhor conhecimento do curso médio e superior do rio, este nome foi sendo substituído pelo de Mossoró ou Apodi, reservando-se ele (Ipanema) para um importante afluente.

Etim. Como se vê em Teodoro Sampaio, *Ypanema*, de *Ypanê* é simplesmente “água ruim, ou imprestável”.

ITAPOBA — *Geog.* É o primitivo nome do atual rio Maranguapi-nho, o primeiro e mais importante afluente do rio Ceará.

Hist. O topônimo vem do tempo da ocupação holandesa do Ceará. Figura no diário e no mapa de Matias Beck (1649), com a ortografia deste verbete.

Etim. *Itá*, pedra, e *poba*, alt. de *puba*, podre, fraca, friável, que se desmancha: pedra podre ou friável. Rio de pedras friáveis.

ITAREMA — *Geog.* Assim chamavam os índios, sob o domínio holandês, a atual serra da Taquara, contraforte setentrional da serra de Maranguape, onde os flamengos capitaneados por Matis Beck, fizeram uma frustrada exploração de prata.

Hist. O topônimo apareceu nos relatórios e cartas do chefe holandês referido, particularmente no seu conhecido “Diário” (1649).

Etim. De *Itá*, pedra e *rema*, alteração de *nema* ou *nem*, feder, exalar mau cheiro; pedra que exala mau cheiro, pedra fedorenta. É alusão à pirite arsenical, mineral associado com alguma prata, que os holandeses extraíam daquela serra. Este mineral, ao ser percutido ou manipulado pelos mineiros, deixava desprender o mau cheiro característico do sulfeto de arsênio.

JAGUARIBE — *Geog.* Denominação aplicada desde o século XVI ao maior rio do Ceará. A sua foz no mar é assinalada pela ponta do Maciô, onde existe um farol, guia dos navegantes para o porto do Aracati, que já foi o mais importante da antiga capitania.

Hist. Surgiu o topônimo na segunda metade do século XVI, e já vem registado no célebre mapa das “Capitanias”, que Jaime Cortezão autorizadamente diz ser de 1574, e de autoria de Luís Teixeira, pai do notável cartógrafo lusitano João Teixeira Albernaz. Este importante documento representa toda a costa oriental da América meridional, da foz do Amazonas para o sul. Foi desenhado obedecendo a uma escala gráfica de 100 léguas. O que lhe dá particular interesse é a divisão das capitanias e o meridiano tordesilhano, limite ocidental de todas aquelas circunscrições ideais.

A costa do Ceará, toda compreendida na capitania de João de Barros, figura com grandes defeitos e omissões. Não há referências às capitanias

de Cardoso de Barros e Fernão Alvares que também interessavam o território cearense; de certo, porque, ao tempo da confecção do mapa já aquêles concessionários haviam desistido da real dádiva, mas João de Barros, e seus filhos teimavam ainda na empresa. O trecho de costa compreendido entre a foz do rio *S. Miguel* (Apodi) e a foz do *Rio Grande* (Paraíba), isto é, a costa do Ceará, mede 110 léguas da escala do mapa.

O traço que devia representar o nosso rio *Jaguaribe* foi omitido, mas o nome, escrito em linha sinuosa, como se acompanhasse um traço tortuoso e imaginário, está grafado sob a forma "R de Suaguarine".

A identificação é fácil porque a foz dêste curso d'água, esboçada no mapa, está justamente entre a *ponta dos fumos* e o *C Corso*, evidentemente as pontas do Maceió e Grossa. Tais acidentes são característicos importantes nos documentos cartográficos quinhentistas.

Alguns anos depois, em 1587, o topônimo foi referido na "Notícia do Brasil" de Gabriel Soares, sob a forma mais regular de *Jaguaribe* (Edição de Varnhagem). Soares, que foi senhor de engenho em *Jaguaribe*, na Bahia, lugar de onde partiu a sua célebre bandeira para o interior do continente, refere-se a um outro rio do mesmo nome na Paraíba.

No século seguinte, o topônimo divulgou-se mais ou menos deturpado, e figura em quase todos os mapas seiscentistas e documentos relacionados com a região onde se abre o estuário do rio. Os mais antigos registos do nome naquela centúria são encontrados: 1.º na "Relação do Maranhão", escrita em 1608 pelo Pe. Luís Figueira, exímio conhecedor da língua Geral (Tupi) o companheiro de Pe. Francisco Pinto na primeira missão da serra da Ibiapina (1607/08); 2.º na "Relação do Ceará" de Martim Soares Moreno, escrita em 1618, que contém a descrição das atividades do seu autor no Ceará desde 1604, em companhia de Pero Coelho; 3.º na "Jornada do Maranhão" escrita em 1615 por Diogo de Campos Moreno, tio de Martim; e, finalmente, 4.º na carta de Diogo de Menezes, escrita da Bahia, em 1 de março de 1612, ao rei de Portugal.

Figueira escrevia *Jagoaribe*, Martim *Yaguaribe*, Menezes e o Sargento-mor, *Jaguaribe*, como atualmente.

Etim. A forma mais antiga *Suaguarine*, reduz-se facilmente à atual *Jaguaribe*.

Não era raro outrora escrever-se *Suá*, *Chuí* por *Yuá* ou *Juá*, na passagem de termos indígenas para o português colonial. Ainda hoje é comum escrever-se *Chuí* em vez de *Juá* com referência a conhecida ponta que no litoral do Distrito Federal tem esta denominação. O mesmo ocorre com a palavra *Chucuru* (nome de índios nordestinos), comumente escrita *Chacuru* e *Zucuru*, *Yucuru*, etc.

O vocábulo *Jaguaribe* evidentemente é de origem tupi: *Jaguar.i.be* no rio das onças, o jaguar dêsses indígenas.

JEPEÚ — *Geog.* Nome dado no fim do XVII século e começo do seguinte ao riacho, que primitivamente os índios chamavam *Marajáú* e atualmente se denomina *Pajeú*. Nasce nos taboleiros, atravessa trecho desta capital e deságua no mar, em frente da alfandega.

Hist. Êste topônimo foi encontrado no mapa do Capitão-mor Manuel Francês, confeccionado em 1726. Trata-se do segundo documento cartográfico da embrionária cidade de Fortaleza. A sua enorme legenda é muito

elucidativa: "Villa nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande que S. Magde que Deus guarde foi cervido mandar criar". Descoberto pelo sábio jesuíta, Pe. Serafim Leite, nos arquivos de Lisboa, que o fez publicar na sua grande obra "História da Companhia de Jesus no Brasil, III volume", constitue precioso documento para os fastos desta Capital.

O riacho *Japeú* fora, ao tempo da ocupação holandêsa, chamado *Marajau* (Marajik), mas agora tem o nome de *Pajeú*, como referimos.

Etim. *Japé*, de *iabé*, o alto ou elevação modesta, e *ú*, riacho; riacho do alto, que vem do alto do taboleiro.

JERERAÚ — *Geog.* Lagoa no município de Caucaia.

Hist. Encontramos êste nome inicialmente na carta de sesmaria concedida em 1680 ao Capitão Filipe Coelho de Moraes, um dos primeiros povoadores do Ceará. A grafia *Gererahu* era corrente até bem poucos anos e já figura naquele documento.

Etim. De *Yeré* ou *yerebe*, o que gira, volve, roda; a roda, o moinho, a carreta (B. Caetano) e *raú* ou *raúba*, falsa ou falsamente (advérbio): o que gira ou roda falsamente. Talvez alusão a algum redomoinho que, arrebatando com desusada intensidade a água da lagoa, fê-la girar por um instante no ar, logo desfazendo-se a pequena tromba. Tais redomoinhos, comuns no sertão, são pouco frequentes no litoral.

Poderia com alguma propriedade ser também: alteração de *Yrere*, um pequeno *Dendrocygna*, muito comum nas lagoas do Nordeste, e *raú*, falso; donde, o pseudo ireré, pseudo ou falso por que existe outro um pouco maior.

JERIQUAQUARA — *Geog.* Promontório, enseada e povoação na costa do município do Acaraú. E' o ponto mais saliente do litoral cearense, o de mais fraca latitude.

Hist. O topônimo foi registado no comêço do século VII, mas, provavelmente já existia desde o fim do precedente. O Regefeiro de Leça, piloto da armada que levou de Pernambuco ao Maranhão o Capitão-mor Alexandre de Moura, no ano de 1615, no seu "Roteiro", refere-se a paragem de *Gericoacoara*, e ao parcel dos acaragu. No ano anterior, em carta ao Rei, o Governador Gaspar de Sousa, escreve *Jaracoara* e Diogo de Campos na "Jornada do Maranhão" (1615) grafa *Jeruguaguara*. Registam ainda êste topônimo tupi, na primeira metade do século, Bento Maciel Parente, num memorial de 1626, sob a forma *Jurucoaquara*; Kilian Resenlaer, em 1628, que fala na praia de *Juracaaquara*. Nos mapas quinhentistas, ordinariamente preferre-se o nome português de "Buraco das Tartarugas". O cartógrafo Albernaz regista *Juroquaquara* e escreve ao lado "Agulheiro das tartarugas".

Atualmente, a versão portuguesa desapareceu e sómente a tupi domina.

Etim. *Jericuacuara* ou como ordinariamente se escreve *Jeriquaquara* é expressão tupi que Teodoro Sampaio interpreta: *Yurucua*, tartaruga e *quara*, buraco, refúgio ou esconderijo. Portanto, "refúgio de tartarugas". Malgrado a expressiva significação do nome indígena, os nossos tupinólogos não se tinham posto de acôrdo antes de Sampaio. A. Bezerra (apud P. Nogueira) diz no jornal "Constituição" de 31 de maio de 1885, "buraco de aves variadas", de *jeru* ou *ajeru* ave, papagaio, *guá*, variada e

coara buraco. Martius, por sua vez, explica: "enseada da varzea dos papagaios", de *jerú* papagaio, *cuá* várzea e *coara* enseada (sic).

JOSARI — *Geog.* Nome, provavelmente tremembé, aplicado durante certo espaço de tempo, no século XVII, ao atual rio Timonia ou mais provavelmente ao seu confluente Ubatuba.

Hist. Encontra-se sob a forma acima nos mapas de Blaeu, Loon, Seutterum e Keulen, e sob a forma de *Sosara* no de Santa Teresa (1698).

JUÁ — *Geo.* Rio, lagoa costeira e serra no município de Caucaia. O rio deságua no mar a 9 milhas a noroeste desta Capital, no lugar chamado Barra Nova.

Hist. O topônimo apareceu escrito na data de sesmária concedida em 1682, a Francisco Dias de Carvalho e outros, pelo Capitão-mor Sebastião de Sá. Então afeta a forma de *Joá* e é atribuído exclusivamente ao rio. Ainda hoje, este pequeno rio, que já teve a denominação tapuia de *Asumame* (vide), conserva o nome tupi.

Etim. Juá é o fruto da árvore juazeiro (*Zizíphus juazeiro*, M.). Segundo Teodoro Sampaio, o vocábulo compõe-se de *a*, fruta, mais *yú*, espinho e *á*, colhida. Batista Caetano acha que significa simplesmente fruto de espinho; *yu* de *nhu*, espinho e *á* fruto.

JURITIANHA — *Geog.* Pequeno rio e povoação no município do Acaraú, aquele despeja no mar entre a ponta do Itapagé e a barra do rio Acaraú.

Hist. Este nome surgiu, ao que supomos, no velho mapa de H. Hondius, em 1636, sob a forma de *Girutinhaja*; foi algum tempo depois repetido no de Laet com idêntica grafia. Figura em alguns documentos territoriais do XVIII século, como numa data de sesmária concedida em 1735, onde se escreve *Juritianga*.

Etim. Parece fóra de dúvida que a palavra encerra na sua composição o elemento *juriti*, que Gabriel Soares escrevia sob a forma *juruti*, e outros *juriti*, *juriti* e *ierati*, Juriti é o columbide *Peristera frontalis*, muito comum no Nordeste, no litoral como no sertão.

Podemos supor que *Juritianha* seja: *juriti*, alteração de *juruti* e *anha*, de *tanha* ou *sanha*, dente, bico; portanto, bico de juriti, significação que parece carecer de boa expressão. Em documento antigo, como vimos, encontra-se a grafia *Juritianga* que comporta a seguinte análise: *Juriti* e *anga*, vulto, alma, aparição e também sombra, abrigo, o que levaria a significação de alma ou fantasma de *juriti*; porventura ligado a algum mito indígena. Como não nos parece ainda suficientemente satisfatória esta interpretação, podemos aventar uma outra; *anga*, aeração de *yang*, verbo aparecer, ajuntar, coligar; ajuntamento de *juritis* ou ainda abrigo de *juritis*, possivelmente alusão às moitas a cuja sombra vivem estas elegantes e tímidas columbides.

No documento mais antigo, acima referido, que registra o topônimo, está a grafia *Girutinhaja*, ou como se escreveria modernamente *Jirutinhaja*, que parece militar em favor da primeira interpretação: bico de juriti.

MARAJAITUBA — *Geog.* Monte á margem esquerda do riacho *Marajaú*, o atual Pajeú que rega trechos desta Capital. Sôbre este morro,

perto da foz do referido riacho, os holandêses de Matias Beck, em 1649, construíram o forte de Schoonenborch, fundamento da nossa fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Hist. O topônimo está registado no “Diário” de Matias Beck e no seu mapa, o primeiro que se levantou desta cidade, quando era ainda aquêlê baluarte a mais importante edificação do incipiente arraial.

Antes de começar a construção do forte, Beck com os seus soldados esteve acampado no monte e nas suas imediações. Desembarcara com a sua gente no Mucuripe nos dias 5 e 6 de Abril de 1649, e logo no seguinte saiu a procura de um sítio conveniente para assentar os quartéis. O local escolhido foi sôbre “um oiteiro chamado *Marajaitiba*, ao sopé do qual corre um belo rio de água doce” (Beck, Diário, tradução de Alfredo de Carvalho).

Lastimou o chefe flamengo não ter achado posição mais adequada para edificar a sua fortaleza. Construída esta, e os armazens cobertos com telha transportada do velho fortim do rio Ceará, que Soares Moreno 37 anos antes ergueira com o nome de São Sebastião, nas ruínas da Nova-Lisboa de Pero Coelho, julgaram-se os batavos bem instalados para levarem a cabo as suas prospecções de minas de prata.

O morro perdeu êste nome, e nenhum outro jamais lhe foi aplicado

Etim. *Marajatiba* é alteração da composição tupi: *Marajá*, espécie de coco, o fruto da palmeira *maraiáy*, porventura a nossa modesta *Atalea humilis*, e o sufixo *tyba* ou *tuba*, (como é mais corrente) que indica abundância. Portanto, *marajaituba* quer dizer “abundância de babão”. Certamente, no morro devia vegetar muitas touças de catolé, então em plena e copiosa frutificação.

MARAJAÚ ou MARAJAIK como escreviam os holandêses, a quem devemos o registo do vocábulo, é o nome que os tupis do começo do XVII século davam ao riacho *Pajeú*, que também já se denominara *Japeú* (vide).

Hist. Provavelmente êste riacho tinha anteriormente uma denominação tapuia que, com a chegada e dominação dos tupis da tribo potigurara, fora substituído pelo de *Marajaú*. Matias Beck encontrou êste topônimo e o registou.

Mais tarde, por motivo desconhecido, os tupis mudaram ainda uma vez o nome do riacho para *Japeú*, que também não logrou longa existência visto como o riacho desde o XVIII século tomou o nome de *Pajeú*.

Etim. *Marajaik*, ou como descreveriam os portugueses *Marajaig* é alteração de *maraiá*, fruto da palmeira *Atalea humilis*, e *ig* ou *ik*, do *y* gutural dos tupis, água ou riacho: riacho dos catolés. Esta palmeira, que cresce em touças mais ou menos espessas, é ainda hoje muito abundante no litoral do município de Fortaleza.

MARANDAÚ ou MARANAÚ — *Geog.* Ao que parece, antiga denominação tupi do rio *Timonia*, ou talvez do rio *Ubatuba*. Pode também ser nome aplicado somente ao estuário comum daqueles rios. O topônimo foi empregado por H. Hondius em 1636, no seu mapa, sob a forma *Marandahug*. Ao lado da barra deste rio, deságua um outro que Hodijs chamou *Pemona* (talvez *Temona*), mas como está no mapa

ocupa a posição do rio Ubatuba, demonstrando que houve engano da parte do cartógrafo.

Hist. Este topônimo não teve longa vida, desapareceu dos mapas que, entretanto, não raramente registavam o Timônia (vide).

Etim. *Marandaú* é alteração de *paraná.ú* ou *marana.ú*; água ou rio semelhante a mar. Isto faz supor que, realmente, o nome se applicava ao largo estuário comum aos dois rios Timônia e Ubatuba.

MARANGUAPE — *Geog.* Serra, rio e município contíguo ao desta Capital. A serra, muito visível do mar, é balisa para os navegantes que demandam o porto de Fortaleza.

Hist. A mais velha menção do nome *Maranguape* está, como julgo, na relação de Kilian Resenlaer, escrita na baía da Traição, em 1628. Assim se exprime Kilian: “A 3 lieues de Ciara se trouve la mantagne *Boranguaba* qui renferme une mine d’argent...”.

Matias Beck em 1649 escreve o topônimo: *Maraguoba* e Mariz Carneiro em 1655 *Moroagua*. Bem cedo porém tomou a forma moderna de *Maranguape* ou *Moragoape*.

Durante o século XVI, chamou-se “Monte de Li”; nome de origem industanica. No começo da centúria seguinte. Martim Soares Moreno referindo-se á serra de Maranguape e ás outras que ficam próximas, e de longe, do mar especialmente, parecem unidas, formando uma só montanha com muitos picos, dá-lhe o nome de “serras do Ceará”; denominação que depois se tornou vulgar para designar o conjunto das serras que se percebem do mar. A este conjunto os tapuias chamavam *Auamamune*. Encontramos confirmação de que os primeiros povoadores, bem como os nautas, destas costas julgavam que o grupo das chamadas “serras do Ceará” formavam um corpo único, uma montanha eriçada de cumes. Efetivamente, na data de sesmaria que, em 1685, o Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil, Antônio de Sousa de Menezes, concedeu a Domingos Rodrigues Correia e outros companheiros, lê-se: “...elles tem descoberto na Capitania do Ceará Grande hua sorte de terra aqual comesa da testada dos ultimos providos do Rio Chorô pella Iharga que fica para a parte das serras que vão *continuas* athe o Rio Siupê que chamam actualmente O Gentio Pacatuba e Maranguape e as mais anexas...”

Etim. As antigas grafias do topônimo oferecem marcado interesse para elucidar a sua verdadeira interpretação, que não é tão fácil como parece á primeira vista. Martius propôs uma curiosa análise: *mara*, árvore, *angaí* de nenhuma maneira, e *guape* comer; *árvore* que de nenhuma maneira se come (!) Não menos fantasiosa é a de José de Alencar: a abreviatura de *moramonhang*, fazer guerra, guerrear, e *coaube*, sabedor; guerreiro ou sabedor da guerra. Por sua vez, Paulino Nogueira julga que *Maranguape* significa — árvore de comer, ou de fruto que se come; de *mara*, árvore e *guabe*, comer. Para Teodoro Sampaio seria: *maranguá* de *marã.guá* a baixada ou vale da batalha, e *pe*; donde, finalmente. — no vale da batalha.

Nas datas de sesmaria do último quartel do XVII século, quando o território em tórno do Forte começou a se povoar, como naquela de que fizemos menção, e na que o Capitão-mor Sebastião de Sá, em 1682, concedeu ao Capitão Filipe Coelho de Moraes e Hieronimo Coelho, assisten-

tes na fortaleza do Ceará, escreve-se respectivamente *Maranguape* e *Marangoape*. Noutras bem mais modernas (século XVIII) encontra-se também a gráfia correta, ainda agora usada. Baseando-se nela é que os nossos tupinólogos, inclusive os que foram aqui invocados, fizeram os seus estudos etimológicos.

Como não estamos inteiramente de acôrdo com tais interpretações, devemos observar que a palavra já era muito vulgar no litoral do Ceará, do Rio Grande e até no da Paraíba, naturalmente entre os índios potiguaras. Foram elementos representativos desse povo que informaram na baía da Traição a Kilian Resenlaer sôbre os nomes de vários acidentes geográficos das costas nordestinas, inclusive as do Ceará; e desta informação consta o topônimo em apreço.

E' possível, e mesmo bem provável, que êle já existísse antes da expedição de Pero Coelho (1603/1607), pois, 3 anos antes Jan Bautista Syens, de Amsterdão chegou ao porto do Mucuripe, onde desembarcou no dia 21 de Novembro e logo seguiu para o interior, com dois marinheiros e alguns índios, a procura de umas pedras verdes, de que houvera notícia encontrar-se por estas paragens. Colhera tais informes do índio Cayone, no Rio Grande do Norte.

Syens com seus companheiros marcharam em rumo das montanhas no dia 23, passaram em uma grande aldeia de tupis e foram pernoitar noutra menor, ao pé da serra. Assim escreve no seu "Diário": "...plus près de la pierre et du Roi du pays. Celui-ci nous fit conduire, le lendemain, à la pierre, que se trouvait au sommet d'une montagne très élevée toute couverte de bois".

A montanha, sem nenhuma dúvida é a serra de Maranguape, em cujo cimo se tem realmente encontrado água-marinha, incrustada em veieiros brancos de pegmatita, como descreve o aventureiro: "Arrivés au sommet, nous y trovames un rocher très élevé de grande dimension tout à l'entour de pierre de taille branche ou qu'on pourrait appeller pierre d'albatre blanc... Arrivé en haut je decouvris enfin la pierre, qui se trouvait enclavée dans une masse dure de pierre pereille au jasp. La pierre étail très verte, comme l'émeraude. Mais comme de n'avais pas d'outils pour cases la pierre de taille je dus renoncer à l'emporter".

Possuímos, em nossa coleção mineralógica do Ceará, uma pequena amostra de água-marinha encravada num bloco de pegmatita, proveniente de um pico desta serra.

Importa reter as indicações de Syens quanto á mata que cobria a montanha. Os pequenos vales, abertos entre os contrafortes da serra, são dotados de um solo de aluvião muito fértil e húmido, mercê dos regatos perenes que descem das encostas. Este terreno, agora especialmente cultivado com cana de açúcar, devia ser outrora coberto de espessa floresta driática, com grandes e impressionantes árvores. O porte da mata ali certamente avultava e despertava justa admiração comparado com a vegetação de caatinga ou de carrasco dos terrenos circunjacentes. O contraste berrante não podia deixar de exaltar e tornar admiráveis as madeiras, as árvores, a vegetação luxuriosa daqueles vales ou baixadas dos sopés da encosta.

Voltando ao assunto relativo á antiquidade provável do topônimo, é possível, em vista do que vimos de relatar quanto á visita do holandês,

admitir que a gente de Coelho, instalada ali perto no arraial de Nova-Lisboa e abrigada á sombra do seu fortim, tivesse colhido dos índios tupis o nome da serra. O malogrado aventureiro empenhou-se no triste afã de cativar os nativos, e certamente os atacou traiçoeiramente, onde os podia prear. Não é de duvidar tenha Coelho procurado surpreender as aldeias que ficavam na base da montanha. Mas, sem dúvida, o faria, como era habitual, com a técnica desleal da surpresa e do embuste, com todo o resguardo para garantir o êxito e prevenir baixas nos assaltantes. Este sistema amoral não comportava batalhas ou combates, não passava de massacre e aprisionamento de nativos surpreendidos ou enganados miseravelmente. Muitos caíam mortos, vários eram aprisionados e alguns conseguiam fugir, sem que se desenvolvesse nenhuma ação digna de ter o nome de batalha, malgrado o natural instinto de defesa, que a tática dos conquistadores anulava ou tornava quase inoperante. Nesta expedição, não se registaram outras vítimas em combates além das que constam dos assaltos na serra da Ibiapaba; se ocorressem, teriam sido consignadas nas crônicas e notícias dos seus feitos e reveses. Isto nos induz a não existência de *batalhas* nos férteis e umbrosos vales da serra de Maranguape, ao tempo em que por estas paragens Coelho cativava índios. Mas, como o topônimo é tupi, e nas proximidades da montanha acampavam hordas desse povo, sempre muito propenso a nomear com propriedade os acidentes geográficos, ao seu alcance, cremos que teria êle dado á serra uma expressiva denominação, possivelmente relacionada com aquilo que tivesse de mais impressionante, as florestas dos seus pequenos vales, magníficos campos de caça para as tribos estacionadas nas vizinhanças. Ora, se a serra já então tinha um nome, este devia com todas as probabilidades ser o de *Maranguá*, justamente atribuído aos referidos vales, a “serra dos vales cobertos de grandes árvores”.

Tais considerações sugerem naturalmente uma modificação nas interpretações referidas. Lembraremos, como mais concertanea, a seguinte: *mara*, como é muito frequente, alteração de *ymyra*, madeira, pau, grupo de árvores, floresta, mata, e *guá* ou *guaba* baixada, vale, seio; portanto, vale ou baixada das madeiras ou das matas. Alusão natural áqueles vales e baixadas cobertos de belas florestas, que circundam a montanha. Ainda uma observação se impõe. Vê-se claramente que as interpretações mais interessantes que mencionámos, como a de Teodoro Sampaio (a baixada ou vale da batalha), basea-se na nazalização da palavra *maranguá*, que se não atende na que propomos. Verifica-se, entretanto, que nas expressões antigas não há nazalização: *Boraguaba* Resenlaer; *Maraguabo*, Beck; *Morogua*, Mariz. A nasal veio depois, com a queda da sílaba final *ba* ou *ua*.

MERUOCA — *Geog.* No interior das terras, em frente á barra do rio Acaraú (Acaracú), eleva-se uma serra que atualmente tem o nome de *Mucuripe* ou do *Curral Grande*. Esta serra que se avista do mar e serve de balisa aos navegantes que pretendem entrar naquela barra, chamava-se no meado do século XVII, *Meruoca*. Não deve ser confundida com outra, deste mesmo nome, distante do litoral e perto da cidade de Sobral, não visível do mar.

Hist. O topônimo foi revelado por Albernaz no seu mapa de 1666, sob a forma de *Merioqua*. Não logrou alcançar o século seguinte.

Etim. Nos documentos antigos encontra-se não raras vezes *Acaragus* por *Acaracús*, *quá* por *cá*. *Merioqua*, pois, deve ser *Merioca* ou *Meruoca*, de *meru* mosca (doméstica ou selvagem), e *oca*, casa, residência, ninho, refúgio ou o que cobre; donde refúgio das moscas, mosqueiro.

MODEITUBA — Nome por que também foi conhecido o atual rio *Mundaú* (vide).

MONDÃO — Aparece este nome em alguns dos mapas de Albernaz, no de van Keulen, e outros do XVII século, para designar o atual rio *Aracati-mirim*, ou talvez um suposto estuário, comum a este rio e ao *Aracati-açu*. O topônimo tem sido grafado diversamente: *Mondão* por Albernaz, *Mondau* por Keulen, *mondau* por Diogo Campos, etc.. Todas porém são formas que se reduzem a *Mondaú* ou *Mundaú* (vide).

MUCURIBE — *Geog.* Enseada, ponta e vila do município de Fortaleza.

Hist. É o mais antigo topônimo indígena do Ceará. Pela primeira vez apareceu no mapa das Capitânicas em 1574, sob a forma de *Macorie*. Em 1597, os fribusteiros holandeses Hendrich Hendricksen Cap e Claes Adriassen Cluyt, colheram de um índio chamado Caionen a expressão *Moccouru* (*Mocuri*) que escreveram á moda francesa.

No século seguinte, as praias do Ceará foram visitadas com muito mais frequência, não tanto por navegantes clandestinos, mas por nautas portugueses, pescadores de ambar e expedicionários que procuravam um caminho seguro para a libertação do Maranhão, a exploração das afamadas terras da serra da Ibiapaba e das minas de prata e ouro que se diziam existir naquela serra e na de Maranguape. Receberam também os primeiros povoadores que se instalavam especialmente nas margens do estuário do rio Ceará, nas adjacências do Forte, de onde iam aos poucos espalhando-se pelos terrenos da costa, onde os nativos eram convertidos á fé católica ou subjugados, catequisados ou ligados aos colonos por pactos de paz mais ou menos precários. Isto ocorreu sobretudo depois da defecção holandesa. Estes conseguiram senhorear-se da costa cearense e procuraram estender o seu domínio para o interior, preocupados com prospecções de minas, depois de instalados nas margens do riacho Marajáú, sob o amparo de forte de Schoonnenborch.

Os registos seiscentistas do nome *Mucuribe*, pois, deviam ser numerosos; porém somente os mais antigos interessam ao caso vertente. Os primeiros registos são de origem protuguêsa. Martin Soares Moreno, que perlustrara a região em 1604 com Pero Coelho residira na Nova-Lisboa até 1607, ali bem perto da enseada, e tornara á barra do Ceará em 1611, no firme propósito de desenvolver uma regular exploração do lugar e guardar as costas próximas das incursões francesas, com incontestável autoridade, por isto que falava a lingua dos tupis, escreve *Macoripe*, como se vê na sua "Relação do Ceará" que é de 1618. Sousa Deca, que estacionou algum tempo na Jeriquaquara, regista em 1614 o nome sob a forma de *Macoripe* na sua "Breve Relação da Jornada do Maranhão". No mapa

que se atribui geralmente a Pero Coelho, provavelmente organizado entre 1608 e 1610 por Diogo de Campos Moreno (Studart), está *Macuripe*, tal como no livro "Rezão do Estado do Brasil" d'êste mesmo autor (Studart), que é de 1621. No "Exame de Pilotos", feito em 1614 por Manuel de Figueiredo, lê-se *Moncuripe*. Na "Jornada do Maranhão" de Diogo de Campos (1615) está *Mucuripe*. Frei Vicente do Salvador, cronista da expedição de Pero Coelho, grafa *Macoripe*, em 1627. Os holandeses nos seus mapas, relatos de viagens, informações, etc., não têm ortografia uniforme. Jan Bautista Svens, no "Jornal de Viagem", escreve, em 1600, *Mockeroe* num lugar, e, noutro á francesa *Moccouru* (Mocuri). Outro flamengo, louvando-se na informação de índios, entre muitos nomes das costas nordestinas grafa em 1628, também ao jeito francês, *Moccouru*. Êste curioso viajante é o conhecido Sr. Kilian Resenlaer. Ainda outros, H. Hondius e J. Laet, escrevem *Macuripe*, aquêle em 1636 e êste em 1640 Matias Beck, que viveu alguns meses no riacho *Marajau* (Pajeú), e lançou os fundamentos desta cidade, depois de haver com a sua gente desembarcado na baía que chamou de *Mucuriba*, reepete várias vêzes esta grafia no seu "Diário", escrito dia a dia, de 18 de Março de 1649 a 9 de Setembro do mesmo ano. Entretanto, o Conselho Supremo da Companhia das Índias, em carta de 1638, comunicando aos Diretores da Companhia o resultado da expedição de George Gartsman ao Ceará, usa a gráfia *Marcoripe*.

Depois da retirada dos holandeses do Brasil, quando a costa cearense passou a receber a visita assídua de nautas e autoridades portuguesas, como preparativo para o início da colonização, começada com a segunda metade da centúria, os registos de topônimos constam de escritos oficiais, sobretudo das interessantes cartas de sesmaria concedidas aos povoadores, e de diversos mapas de cartógrafos lusitanos, alguns de origem holandesa e bem raros de outra origem. O "Regimento de Pilotos" de Mariz Carneiro, de 1655, regista o topônimo sob a forma de *Macoripe*; o cartógrafo Albernaz, em 1666, *Macuripe*; na carta de sesmaria concedida em 1680 a Manuel Lopes Calreira está *Mocuripe*; no mapa de Santa Tereza, de 1698, *Mucuriba*. Nos documentos do século seguinte (XVIII), a gráfia do topônimo varia menos. A sílaba inicial *ma* quase desaparece, substituída por *mo* e menos frequentemente por *mu*.

Os dados colhidos procedem especialmente das datas de sesmaria. Os dois mais antigos são de 1721: uma concessão feita a José Correia Peralta e outra a José Tavares Cabral. Na primeira se escreve *Mucuripe* e na segunda *Mocoripe*.

O terceiro documento é a data de sesmaria concedida em 1748 a José Nunes da Silva, e nela se regista *Mucuripe*. Consta da "Carta do Cyará Grande da ponta do *Mocuripe* athé Jacarecanga", de 1745, de autor desconhecido, existente na Torre do Tombo, em Lisboa, a forma que se vê na legenda (*Mocuripe*). Finalmente, o cronista Bernardo Pereira de Berredo, nos seus "Anuais Históricos do Estado do Maranhão" escreve *Moucurú* (1.^a edição, 1749), sob influência francesa.

No decurso do XIX século, o número de documentos que registam o topônimo já é bastante grande. Consideraremos, entretanto, os que são anteriores a 1890, tendo, conseqüentemente mais de meio século. *Mocoripe* está: 1.^o na "Planta do Porto", 1802; 2.^o, no "Prospecto da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assumpção", mandado tirar em 1811, pelo

Governador Barba Alardo de Menezes; 3.º, na “Carta Topográfica da Capitania do Ceará”, mandada levantar em 1812 pelo mesmo Governador; 4.º, numa descrição da costa do cabo de S. Roque até o Ceará, de data e autor desconhecidos, oferecida ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro, em 1844, pelo Tenente-Coronel Ricardo Gomes Jardim; e, finalmente, 5.º, no “Roteiro da Costa do Norte do Brasil” de Colatino Marques de Sousa, publicado em 1883. *Mocuripe* é grafia que se encontra: 1.º no mapa da enseada deste nome, levantada pelo Capitão do Corpo de Engenheiros, João Bloem, em 1825; 2.º, no “plano do ancoradouro de Mocuripe na Província do Ceará” levantado pelo Guarda-Marinha J. C. Guillobel, e publicado no Rio de Janeiro em 1854; 3.º, nas cartas hidrográficas de E. Mouchez de 1861 e 1867 e, finalmente, 4.º, numa carta da marinha norte-americana, de 1886.

Mucuripe está escrito: 1.º, num plano de ancoradouro naquela enseada, levantado e desenhado pelo Guarda-Marinha Guillobel e publicado no Rio de Janeiro em 1864; 2.º, na carta hidrográfica organizada com as observações de Vital de Oliveira, feita de 1857 a 1859 e dados de Mouchez devidamente retificado; 3.º, na planta do porto e no relatório do engenheiro inglês John Hawkshaw, de 1875.

Resumindo, temos colecionado as seguintes grafias do topônimo, todas correspondentes ao período histórico:

No século XVI:

1 — Macorie — Mapa das Capitánias	1574
2 — Macorive — Gabriel Soares	1587
3 — Mocuri — Hendrickssen e Cluyt	1597

No século XVII:

4 — Mocuri — Syens	1600
5 — Macaripe — Sousa Deça	1614
6 — Macoripe — Sousa Deça	1614
7 — Moncuripe — Exame de Pilotos (Figueiredo)	1614
9 — Macoripe — Soares Moreno	1618
8 — Mucuripe — Jornada do Maranhão	1615
10 — Macuripe — Razão do Estado do Brasil	1621
11 — Mocoripe — Frei Vicente do Salvador	1627
12 — Mocuri — Resenlaer	1628
13 — Macuripe — H. Hondius	1636
14 — Marcoripe — Conselho das Índias	1638
15 — Macuripe — Laet	1640
16 — Mucuriba — Matias Beck	1649
17 — Mongoribe — Loon	1654
18 — Macoripe — Mariz Carneiro	1655
19 — Macuripe — Albernaz	1666
20 — Mocuripe — Sesmaria de Calreira	1680
21 — Mocuripe — Santa Teresa	1698

No século XVIII:

22 — Mucuripe — Sesmaria de Peralta	1721
---	------

23 — Mocuripe — Sesmaria de Tavares	1721
24 — Mocuripe — Carta do Cyará Grande	1745
25 — Mocuripe — Sesmaria de Silva	1748
26 — Môcurú — Berredo	1749

No século XIX:

27 — Mocuripe — Planta do Porto	1802
28 — Mocuripe — Prospecto de Alardo	1811
29 — Mocuripe — Barba Alardo	1812
30 — Macuripe — Paulet	1817
31 — Mocuripe — Schwarzmänn e Martius	1831
32 — Mocuripe — Bloem	1825
33 — Macuripe — Sshwarzmänn e Nartius	1831
34 — Mocuripe — Jardim	1844
35 — Mocuripe — Guillobel	1854
36 — Mocuripe — Mouchez	1861
37 — Mucuripe — Guillobel	1864
38 — Mocuripe — Mouchez	1867
39 — Mucuripe — Mouchez e Vital	1857
40 — Mucuripe — Hawkshau	1875
41 — Mocuripe — Colatino	1863
42 — Mocuripe — Marinha Americana	1886

Nesta longa lista, verifica-se que o topônimo, desde que surgiu, se tem escrito obedecendo a três formas principais: 1.ª — *Macorí* ou *Macurí*; 2.ª — *Mocorí* ou *Mocurí*; e, 3.ª — *Mucurí* ou *Mucorí*, caracterizadas pela sílaba inicial, respectivamente, *ma*, *mo*, *mu*.

Etim. A interpretação etimológica de *Mucuripe*, nome evidentemente de origem tupi, aplicado primitivamente a uma enseada, e depois a uma ponta e a uma serra, não se tem revelado tão fácil como poderia parecer à primeira vista, do simples aspecto do vocábulo.

No primeiro século (XVI), encontrámos 2 formas em *ma* e uma em *mo*; no segundo (XVII), numa relação de 18, achamos 9 em *ma*, 7 em *mo*, e apenas 2 em *mu*; no seguinte (XVIII) coligimos, nenhuma em *ma*, 4 em *mo* e 1 em *mu*; e no século próximo passado temos 2 em *ma*, 11 em *mo* e 3 em *mu*.

O quadro seguinte, permite melhor apreciar esta distribuição:

Formas	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Totais
Ma	2	9	0	2	13
Mo	1	7	4	11	23
Mu	0	2	1	3	6
Totais	3	18	5	16	42

Donde :

	(ma.....11		(ma.....2
Soma dos 2 pos. séculos	(mo.....8	soma dos 2 últimos	(mo.....15
	(mu.....2		(mu.....4

Vê-se que primitivamente as formas em *ma* predominavam seguindo-se as em *mo* e as em *mu*; depois, quando a região se povoou mais intensamente com elementos não indígenas, as formas em *mo* predominaram, seguidas respectivamente das em *mu* e *ma*. Cumpre observar que no segundo século, quando a influência tupi foi mais acentuada dominavam as formas em *ma* com a percentagem de 50% sobre o total. No conjunto, verifica-se que:

Formas em <i>ma</i> ,	percentagem.....	30,9
" " <i>mo</i>	" 	54,7
" " <i>mu</i>	" 	14,4

A predominância das formas em *ma* nos dois primeiros séculos, seguidas das em *mo* e por último das em *mu*, concita-nos a examinar mais detidamente aquelas, por serem mais antigas e então muito mais frequentes, devem oferecer particular interesse. As formas em *mu*, atualmente exclusivas, de há um século para trás nunca predominaram; e mesmo no conjunto apresentam a mais modesta contribuição do quadro. Nem mesmo nos dois últimos séculos elas lograram posição realmente saliente.

Este resultado de ordem estatística deixa supor que a forma real capaz de trazer á questão alguma luz, é a primeira; e que a atual resulta de uma alteração evidente.

Começaremos o nosso estudo pela forma agora vulgar — MUCURIPE.

A sua análise etimológica seria fácil: *mucura.y.pe*; no rio ou aguadas das mucuras. *Mucura* é na região amazônica e no Maranhão o Didelphis que no sul e no centro-sul do Brasil se chama *gambá*; e no centro-costeiro e nordeste do país *sariguê*, e mais modernamente, nesta última parte, *cassaco*.

Mesmo no Maranhão, este nome não era exclusivamente dominante, de vez que lá, pelo menos antigamente, o vocábulo *sariguê* ou *sariguei* aparecia frequentemente com a mesma significação e estendia o seu uso ainda bem adiante, onde já Pinzón a encontrou em 1500.

Marcgrave em 1646 colheu no Nordeste não só a forma *sarigueya*, como também as seguintes: *sarigoy* e *tajibi*. Esta última, apenas usada por algumas pessoas, foi observada por Rugendas no Brasil central (1835). Talvez não seja de origem tupi. O vocábulo *sarigueya* tem grande área de dispersão geográfica. Felix de Azara (1801) estudou-a no Paraguai, onde diz ter encontrado 6 espécies de didelphis; mas á típica atribui o nome indígena de *micura*, que nos parece corresponder a de *mucura* amazonense. De qualquer maneira, não sendo a região do Mucuripe primitivamente habitada por tupis, o nome ali chegou por importação, provavelmente com os próprios índios desse grupo que pela costa ceareense vinham colher ambar e por ela se foram estabelecendo na última metade do XVI século. E' muito pouco provável que os tupis que viham do sul empregassem a palavra *mucura*, uma vez que *sariguê* ou *sarigueya* era o seu designativo de cassaco. A hipótese de que o topônimo tivesse chegado do norte do Brasil é improvável porque os primeiros tupis que vieram para o Ceará provinham do sul, eram potiguaras ou tabajaras. Também a hipótese de que houvesse chegado do Maranhão, porventura com índios que acompanhavam navegantes quinhentistas, não se coaduna com a cir-

cunsciancia da navegação naquela época. Em navios, sabe-se disto com toda a segurança, quem então perlustrava as nossas costas, o fazia de sul para o norte e nunca no sentido inverso. Portanto, se algum barco trazia a bordo índios, eram êles de Pernambuco ou da Paraíba.

Estas considerações nos levam a repudiar a análise etimológica acima referida. Teremos de considerar a forma *Mocori* de que *Mocuri* ou *moncori* são simples e evidentes deturpações. Para *Mocori*pe teríamos de acôrdo com Teodoro Sampaio: *mocó.r.y.pe*; na água ou rio dos *mocós*. *Mocó* é o conhecido roedor *Cavia ruprestis*, muito comum em todo o Nordeste, particularmente apreciado como caça pequena pelos índios e especialmente pelos sertanejos.

Esta forma levou o indianólogo Paulino Nogueira á seguinte interpretação: *mocó.ipe*; lugar onde abundam *mocós* (sic). Acrescenta o illustre desembargador que "ainda hoje (1887) os mais antigos habitantes do lugar guardam a tradição da grande abundancia dêsse animalejo que ahi existiu". Malgrado esta interpretação apresentar sôbre a precedente duas vantagens positivas, tambem oferece reparos sérios. Está de acôrdo com a gráfia mais copiosa (54,7%) sobretudo, nos dois últimos séculos (35,7%); e afasta a de *mucura* que é, como vimos, alheia á tradição local.

Contudo, passiva de observações que lhe tiram espontaneidade e base sólida, exige estudo detalhado. No sentido dado por Nogueira, frequência de alguma cousa seria expresso entre tupis pelo sufixo *iba*, *uba*, *tiba* ou *tuba*, e não por *ipe*; o índio diria *mocotyba* ou *mocotywa*, que os colonos repetiriam dizendo *mocotiba* ou *mocotuba*, como dizem *cajutiba*, *pacatuba*, etc. *Mocori*pe significaria antes na terra ou chão dos *mocós*, cousa, sem dúvida, pouco compreensível. Realmente, porém, *mocori*pe seria; na aguada ou riacho dos *mocós*. Mas, ainda aqui aparece uma certa dificuldade a vencer, pois não é lá muito fácil explicar como apareceu a letra *r*. Os numerosos exemplos em que isto aconteceu, dados por Teodoro Sampaio, não afastam completamente o impasse, e a nosso ver, afeiam as respectivas análises. Colhemos neste illustre autor as seguintes que são das mais expressivas: *Amanari*, de *amana.r.y*, água de chuva. *Araberi*, de *arabe.r.y*, baratinha, e *araberi* de *arabe.r.ig*, rio das baratas, embora exista *arapey*, de *arabé.y* (formação regular). *Cajari* de *caja.r.y*, rio das cajás; *giari ciri.r.y* água dos siris; *juari de juá.r.y*, rio dos juás, etc. O fenômeno *ciri.r.y* água dos siris; *juari de juá.yr*, rio dos juás, etc. O fenômeno poderia talvez ser explicado pela difícil vocalização do *y* (água), o *i* gutural de algumas línguas americanas que os europeus nunca conseguiram articular corretamente. Resta examinar detidamente esta questão.

A análise da forma primitivamente registada *Macorie* (mapa das Capitânicas, 1574), forma que ainda no século por último findo tem eloquentes revivências e o não desprezível valor de ser a inicial, leva a resultados deveras interessante. Notemos previamente: 1.º, que as formas em *mo*, registadas com relativa frequência no cômputo geral (54,7%), no primeiro século só o foram na percentagem de 33,3%; no segundo, na de 38,8%; no terceiro, na de 80%, no quarto, na de 18,7%; tendendo desde então a desaparecer, como de fato aconteceu, substituída pelas de *mu*. Esta evolução é inversa da que ocorreu com a forma primitiva: 66%; 50%; 0%; e 12,4%. 2.º, que as formas em *ma* por serem primitivas, foram

seguramente colhidas diretamente da boca do índio, ao passo que as demais provavelmente não o foram, visto como só se tornaram mais frequentes nos últimos anos, quando não mais existiam selvícolas que falassem a sua própria língua. 3.º, finalmente, que na passagem do tupi para o português não há casos bem verificados da alteração da sílaba inicial *ma* em *mo* ou *mu*. A troca, ao que parece, não se daria diretamente, mas em vista do fator ponderal de alguma analogia. O europeu (português especialmente), ouvindo do índio, *ma*, no início das dicções, não registaria *mo* e muito menos *mu*; pois a emissão do *a* era muito clara, inconfundível. Os casos de permuta em sentido inverso são porém frequentes: *mo* pode dar *má* diretamente.

Posteriormente, já no curso do falar colonial e sob o domínio da escrita em mãos pouco adestradas, o fenômeno poderia ter ocorrido, sob o estímulo da analogia, como poderia ter-se dado com o caso em mão.

Macori, sob a influência analógica de *mocó*, porventura, teria dado *mocori*, entre os colônos, nautas, etc.

Teodoro Sampaio explica ainda: *Mucuripe* de *mucury.pe*, nos *mucuris*. Inspira-se no seguinte trecho da "Notícia do Brasil" (1587), de Gabriel Soares: "Mocuri é árvore grande que se dá perto do mar, a qual dá umas frutas amarelas, tamanhas como abricocos, que cheiram muito bem, e tem grande caroço; o que se lhe come é de maravilhoso sabor, e aparam-lhe a casca de fora" (Cap. LIV).

Ora, a palavra parece alteração de *mucura.iba* fruta de *mucura* ou *sariguê*. De *mocura.iba*, fruta de *mucura*, passa-se facilmente a *mocuriba* ou a *mucuriba*, forma registada por Matias Beck (1649); e a *macorive*, forma dada pelo próprio Gabriel Soares á enseada cearense. Na passagem de nomes do tupi para o vernáculo sempre foram comuns as permutas do *o* por *u* e por *a*, e de *b*, *p*, *v*, *u*, entre si; *p*, *b*, *m*, aliás, verifica-se mesmo no seio daquela língua; *b*, *v* no português plebeu e antigo. Esta explicação parece concentanea, e explicaria todas as formas mais antigas do topônimo, bem como as modernas em *ma* e *mo*. Vimos porém, que se não passava diretamente de *ma* para *mo*; mas de *mo* para *ma*, como há exemplos vários fora deste caso. Isto vem apoiar o fato de que a palavra caminhou do sul para o norte, e não do norte para o sul. Teria sido trazida pelos potiguaras ou tabajaras de Pernambuco ou da Paraíba. No Maranhão a árvore de que nos fala Soares chama-se *pacori* ou *bacori*, donde *macuri*.

Se a origem do nome primitivo estivesse no Maranhão e aqui chegasse o termo com índios em viajando a pé, o que não repugna crer, a explicação das nossas formas em *ma* seria imediata e intuitiva. *Macuri* pode, entretanto, ser como referimos, deturpação de *mocuri*, mas convém notar que *bacuri* é susceptível de outra análise etimológica: *ibá*, fruta e *curi*, junta, contínua; momento, depressa, isto é, o que frutifica de uma vez, no mesmo momento ou ao mesmo tempo, como, aliás, ocorre exatamente com os bacurizeiros ou *macuriseiros*. Isto favorece a hipótese de uma origem maranhense.

Aquí no município de Fortaleza não é comum agora os bacurizeiros (gutféraceas do gênero *Plantonia*, provavelmente a *P. insignis.M.*) e nem sabemos se já o foram. Conheço alguns (muito poucos) magníficos exemplares no distrito de Parangaba. Pode ser que se trate de outra

espécie, com o mesmo nome vulgar, *Rheedia aff. acuminata*. Pl. e Tr., árvore pequena, de proporção muito mais modesta que a sua homônima, acima referida; mas, por isto mesmo bem mais ajustada às condições climo-edáficas desta região do Mucuripe.

Diogo de Campos Moreno menciona um lugar no Maranhão que tem por nome *Pacuripanan*, que quer dizer: pacuri que não presta, sorte de bacurizeiro sem utilidade, ou sem a utilidade do verdadeiro.

De *mocuriba* se passa, como vimos, a *macorive* (fruta do macuri) ou a *macurie* (mapa das Capitânicas), bem como a *mocuri* (Svens, 1600), *macoripe* (Deça, 1614), *macoripe* (Soares Moreno), *macuripe* (Rezão do Brasil), etc. É tudo isto reforça a hipótese da origem meridional do topônimo.

Mucuripe significa (Sampaio) nos *mocuris*, ou por alteração nos *mucuris*, o que parece despertar a ideia de que abundavam estas árvores nas nossas áridas e arenosas praias, cousa pouco provável.

Em resumo, as duas interpretações, aliás bem afins, razoavelmente lógicas, e acomodadas ao nosso caso, são: 1.º — *Mucuripe* ou *Mocoripe*, de *mocuri.pe*, por influência dos indígenas do sul; 2.º — *Mucuripe* de *macuri.pe*, alteração de *bacuri.pe* por influência (bem hipotética) de indígenas vindo por terra do Maranhão na primeira metade do século do descobrimento. O Maranhão naquele tempo era habitado por tapuias e não por tupis.

Que os tupis chegaram do sul à região do *Mucuripe* no decurso do XVI século, temos provas históricas concludentes; outro tanto, porém, não podemos afirmar quanto à sua chegada do norte. No máximo esta procedência deve ser admitida como possível, embora bem pouco provável. Só se pode invocar esta possibilidade considerando que naquele século já viviam sobre a serra da Ibiapaba hordas de tupis da grande tribo dos tabajaras. Pode-se admitir que estes selvagens tivessem, pela praia, contactos com os seus, que habitavam a costa de Pernambuco; mas não com os tupinambás do Maranhão que, somente depois de instalados os tabajaras na serra, chegaram àquela ilha, vindos também do *Caeté*, isto é das matas que cobriam as aluviões dos rios e ribeiros defluentes da *Borborema* e regavam a planície costeira de Pernambuco e Paraíba. Ocupadas estas terras férteis pelos colonos com as suas avultadas culturas de cana, os nativos emigraram e alguns foram povoar as praias à ilha do Maranhão, ali chegando muito tempo depois que os tabajaras se tinham instalado nas zonas frescas da serra da Ibiapaba.

Como se vê, subsiste a questão quanto à procedência do topônimo. Se veio do norte, é que os tupis chegaram ao Maranhão na primeira metade do século XVI, e logo entraram em relação com os seus remanescentes que continuavam em Pernambuco e Paraíba. Esta hipótese é reforçada pela circunstancia de que as primeiras formas se escreviam com *ma*, de *bacuri* ou *pacuri* (nome da fruta maranhense). Se veio do sul, é que procede do nome que tem a fruta ali: *mocuri*. Em seu apoio estão as formas mais antigas em *mo*. Não esqueçamos, porém, que *mo* poderia ter dado *ma*, circunstancia que possibilitaria a proviniência meridional, malgrado os dois mais antigos registos serem em *ma*, colhidos ainda no século do descobrimento.

MUNDAÚ — *Geog.* Enseada, rio e vila no município de Anacetaba. O rio nasce na serra da Uruburetama e serve de limite entre aquêl e o município de Itapipoca.

Hist. Este nome evidentemente é tupi. Apareceu no comêço do XVII século. Colhemo-lo em primeira mão na carta que Diogo de Menezes escreveu da Bahia ao Rei, em 612, sob a forma de *Mondahu*. Depois aparece em muitos documentos com grafias ligeiramente diferentes: Resenlader ouviu dos índios o que entendeu ser *Pendahug* em 1628; Hondius escreveu *Mondahug* em 1636; Laet, *Mendahug* e Santa Tereza, *Mundahug*. O rio *Mundaú* foi algumas vezes confundido com outros que lhe são vizinhos. Com o atual riacho das Flecheiras, por exemplo, tomando o nome de *Mondeituba* ou *Molytatuba* que parece ser uma mistura de *mundaú* e *tatajuba*, antiga denominação do referido riacho. João Blaeu explica no seu mapa de 1649 que *Mana* e *Mondahug* designam o mesmo rio, e S. Teresa escreve *Manu* ou *Mundahug*. Albernaz em um dos seus mapas regista *Modoyta* e noutro *Modeituba*. Nas cartas de sesmaria, mesmo nas mais antigas, o topônimo afeta grafia muito semelhante á atual. Acharo-lo em datas de sesmarias de 1682, 1683, 1694 e 1706, sempre escrito — *Mundahu*.

Etim. As formas *pondau*, *mondaú* ou *mundaú* são alterações de *mo.ndá*, furtar, o furto, *ú*, de *y*, água ou rio, aguada; aguada ou rio do furto. Talvez seja aguada dos ladrões, pois se encontra no “Regimento de Pilotos” de Mariz (1655) a forma *Mundasery* que parece ser alteração de *mondá-cara.y*; a aguada dos que furtam; dos furtadores ou ladrões. Para Martius seria alteração de *mandi*, o peixe *Pimelodus maculatus*, e *y*: o rio dos mandís. Neste caso, porém, deveria existir uma forma *mandahu* ou semelhante, que não encontramos. Para Paulino Nogueira, seria rio tortuoso, de *mondé* cilada, armadilha e *hú*, rio. Também não achamos uma forma *mondé* (armadilha,, alcapão, etc.) e *hu* ou *y*. Em Albernaz (mapa, 1666) está *Modeituba* que se poderia interpretar como muitos *mondés*, abundancia de armadilha, de *mondé-tuba*.

PACOTI — *Geog.* Rio que nasce na serra de Baturité, atravessa o município do mesmo nome e deságua no mar, 3 quilômetros a jusante da cidade de Aquiraz.

Hist. A mais antiga grafia dêste nome encontramos na carta de concessão da sesmaria e Estêvão Velho de Moura, provavelmente de 1680. Já nesse documento se emprega a grafia atual, bem como nas duas datas de concessão de terras do rio a Manuel Lopes Calreira, ambas de 1680.

Etim. Julga Martius que a palavra significa “para o mar”, de *pa*, contração de *paraná*, mar, e *coti* ou *coty*, para. Nada menos expressivo e de difícil acomodação fonética. Paulino Nogueira prefere: *pacoba*, banana e *y*, água ou rio, com *t* interposto por eufonia; rio das bananas. Teodoro sampaio, quer que o vocábulo seja corrução de *pacó-ty*, o riacho das bananeiras.

Devemos notar que o primitivo nome do rio, pelo menos até onde alcançam os documentos consultados, com mais de dois séculos, foi sempre o atual: não experimentou o topônimo neste lapso de tempo nenhuma alteração. Este facto reforça a interpretação de Sampaio. Anteriormente, porém, poderiam ter-se dado modificações, como aconteceu com *Aquiraz*.

localidade que dominava toda a região litoranea servida pelo rio. Daí, mais a seguinte hipótese: *pacoti*, alteração de *ipá*, lagoa, *có*, roça, quinta, terreno cultivado, colheita, e também esteio ou apoio, e *ty* sufixo que exprime constancia, hábito, frequência.

Donde: lagoa onde as colheitas são constantes (colheitas constantes da lagoa). Porventura alusão é perenidade ou segurança das plantações que se faziam nas margens das lagoas; cultura de vazantas, cuja produtividade durante o verão contrasta com a impossibilidade de qualquer cultura nos campos secos, áridos, dos taboleiros ou do sertão. Das lagoas marginais, que dariam boa messe, o nome passou ao rio próximo, principal fator daquela constancia das safras.

PARÁ — *Geog.* Nome que ordinariamente se dava ao atual rio *Curú*; algumas vezes, por engano, applicava-se também ao rio São Gonçalo.

Hist. Este é o nome tupi do rio que os tapuias chamavam *Cauron* ou *Curú*. O topônimo já se encontra nos mais velhos documentos do século XVII. Mariz Carneiro, como as vezes ocorria, liga o artigo definitivo ao nome do rio, escrevendo no "Regimento de Pilotos" *Opara*.

Étim. *Pará* é o nome que os tupis davam aos rios grandes; é nome genérico de rio.

PARAMIRIM — *Geog.* Assim chamavam os antigos a ponta que agora se denomina *Parazinho* (hibridismo), situada entre as embocaduras dos rios *Curu* (Pará) e S. Gonçalo (Siupé).

Hist. Este toponimo é tão antigo quanto o de Pará. Em 1615, Diogo de Campos e Manuel Gonçalves referem-se áquela ponta. O primeiro escreve *Parameri*, o outro *Paramerim*.

Étim. De *pará*, rio e mirim, pequeno; rio pequeno, riozinho.

PARANDUBA — *Geog.* Nome outrora dado a um rio ou riacho que deságua no mar entre as embocaduras dos rios Pirangi e Choró.

Hist. Aparece em alguns mapas seiscentistas, nomeadamente nos de Albemaz, Keulen e no que vem apenso ao livro "Rezão do Estado do Brasil" (1621).

Étim. *Paranduba* é alt. de *Paraná.tuba* (por abrandamento, *paranduba*); abundancia de paranás; de rios ou canais semelhantes a mar. Trata-se de uma particular feição geográfica que já hoje se não justifica no lugar indicado naqueles mapas.

PECÉM — *Geog.* Riacho, enseada, lagoa litoranea, distrito e vila do município de Anacetaba.

Hist. O topônimo é dos mais antigos das nossas costas. Surgiu no começo do XVII século: e dele a primeira referência que conhecemos está na carta que o Governador Diogo de Menezes escreveu ao Rei, em 1.º de Março de 1612, sugerindo a divisão das terras das novas conquistas no nordeste em três Capitánias. Menezes regista então o topônimo sob a forma de *Upessem*, rio que devia ser a linha divisória entre duas das capitánias propostas por êle. Temo-lo novamente registado na descrição da costa feita em 1628 pelo holandês K. Resenlaer que grafou *Upesem*. Nos mapas de Hondius (1636) e Laet (1640) está *Hupetem*, e nos de Seu-

terum. Keulen e Santa Teresa *Upecem*; Mariz no seu "Reg. de Pilotos (1655) escreve também *Upecem* (lagoa do). Com o tempo perdeu o *u* inicial, fenômeno que se vinha processando, já no começo do último século (XVIII).

Etim. O nome deve ser tapuia.

PERNAMBUCUINHO — *Geog.* Enseada, riacho, pôrto, distrito e vila do município de Itapipoca, denomina-se *Icarai* desde 1943.

Hist. A forma primitiva era alteração da palavra *Pernambuco*. *Paranabuco* está no mapa da "Rezão de Estado do Brasil" (1621); *Pernãobuco* e *Paranabuco* nos de Albernaz, e, finalmente, *Pernambuco* no de Blaeu (1649), e no "Regimento de Pilotos" de Mariz (1655). Já no começo do último século, o topônimo havia adicionado a atual terminação, tornando-se vocábulo híbrido.

Etim. Dende muito sabe-se que *Pernambuco* significa "o que parece mar quebrado" ou rompido; a entrada do lagamar (T. Sampaio), de *paraná*, como mar, semelhante a mar, o lagamar, e *buco*, do verbo *puc*, ou *pug* ou ainda *poc*, *pog*, quebrar, estrondar.

PIRANGI — *Geog.* Rio que deságua no mar um pouco a oeste da barra do rio Jaguaribe, servindo o seu estuário de linha divisória entre os municípios de Aracati e Cascavel.

Hist. Parece que antes do começo de século XVIII, aplicava-se a este rio o nome de *Paripueira* (vide), pois é o nome que mais ou menos deturpado, figura em quase todos os mapas seiscentistas para designar o primeiro curso d'água que despeja no mar a oeste da foz do rio Jaguaribe. Todavia, o topônimo (Pirangi) vem desde o último quartel daquele século registado em algumas cartas de sesmaria, notadamente nas concedidas a Domingos Escorcio e a Manuel de Aguiar em 1682.

Etim. *Pirangi* é alt. de *Pirãi*, o que corta, tesoura, tenaz e também é o nome por que os índios designavam uma espécie de *Pygocentrus* muito voraz e muito conhecido nas águas doces dos sertões nordestinos; e de *y*, água ou rio; rio das piranhas. Paulino Nogueira diz com Martius ser alt. de *piranga*, vermelho e *y*, água; água vermelha.. Esta formação porém não é regular, pois o adjetivo não precede o substantivo que qualifica.

PROPRIÁ — *Geog.* Nome com que em alguns mapas seiscentistas se designa o rio *Choró*.

Hist. Este topônimo aparece com a forma *Propea* nos mapas de Hondius e de Laet; no de Albernaz tem a forma afrancesada de *Propier*. Mesmo antes de acabar o século desapareceu completamente da cartografia.

Etim. Propiá pode ser alteração de *popiá* ou *mbopiã*, estilete, ferrão, punhal, dente de cobra, o que pica ou fere em ponta (B. Caetano). Poderá ser igualmente corrupção de *poró*, *moró* a cousa, o *ser*, o que, e *peá*, tomar o caminho, atravessar; o que toma o caminho. Porventura alusão ao rio que tomava o caminho. Também poderia ser: *poró*, o que faz a gente, *piá* ou *mbiá*, presa; o que faz a gente presa; ainda, possivelmente alusão ao rio que, impedindo a passagem do caminho, faz os transeuntes retidos, presos numa ou noutra margem.

Não devemos esquecer que a palavra *poró* é ainda expressão tapuia

(tarairiús), que significa uma construção especial, como um pequeno quarto de estacas e palha, bem vedado, dentro do qual, em algumas festas de caráter religioso, mantinham os índios prês a certa personagem.

PUNARÉ — *Geog.* E' a serra da Ibiapaba.

Hist. Este nome é o que se dava a aquela grande serra quando ainda não era bem conhecida ou corrente a denominação que lhe davam os nativos. O topônimo, sob a forma de Ponaré, figura na legenda do mapa que errôneamente se atribui a Pero Coelho, organizado provavelmente em 1610. Anos depois, Mártim Soares Moreno, na sua "Relação do Ceará" escreve *Pononé*.

Etim. *Punaré*, de que *pononé* não passa de alteração facilmente explicável, é o nome de um roedor silvestre, do gênero *Myomorphos*. Os índios e sertanejos caçam êste animalejo para comer, mas não o estimam especialmente. *Punaré* pode ser alt. de *póra-rei*, saltar atoa, sem razão visível; ou talvez: de *póro-rei*, o ser atoa, sem grande valia; muito atoa, muito vulgar.

SAITUBA — *Geog.* Em certos mapas do século XVII aplica-se êste nome ao atual riacho da Prata que deságua no mar a leste do promontório da Jeriquaquara, no município do Acaraú.

Hist. Hondius e Laet registam-no com a forma que está neste verbete: mas Blaeu e Loon escrevem respectivamente *Satuhuba* e *Saturuba*.

Etim. O nome tem feição tupi. Poderia ser alteração de *Sai*, várias espécies de Tanagras, como o *saiassú* ou *sanhassú* (*T. ornata*), passaro muito comum em todo o Nordeste, sobretudo no litoral, e *tuba*, abundancia; abundancia de *sais*.

SIUPÉ — *Geog.* Primeiro nome do rio São Gonçalo; agora, de um pequeno curso d'água, de um distrito e vila do município de Anacetaba.

Hist. Velho topônimo que figura em muitos documentos cartográficos e burocráticos da época colonial. Encontramo-lo pela primeira vez no chamado mapa de Pero Coelho, aproximadamente confeccionado em 1610, com a forma de *Siope*.

Hondius, Laet, Seutterum e Mariz adotam grafia idêntica. Blaeu e Keulen escrevem *Siebba*, e Santa Teresa *Siebeba*. Os cartógrafos seiscentistas algumas vezes confundiam êste rio com o *Curú* e com o *Ceará*, e até mesmo com o *Parnaíba*, fazendo dele um enorme braço dêste (Seutterum, , Hondius). A ribeira do *Siope* começou a povoar-se nas últimas décadas do XVII século, quando, em 1680, o Capitão Filipe Coelho de Moraes obteve uma sesmaria. Neste documento e em vários outros da mesma natureza, o topônimo é grafado *Siupê*, soando como atualmente (*Siupé*).

Etim. Corr. de *Çoo-pe*, o trilho do animal, da caça (Barbosa Rodrigues e Teodoro Sampaio). Mas, para Paulino Nogueira, que segue José de Alencar (Iracema), quer dizer "lugar de caça", de *Çoo.ipé*. Interpretação muito inferior á precedente.

TAPECURÚ — *Geog.* (Piauí). Denominação outrora dada ao riacho Camurupim de Cima que deságua a oeste do rio Camurupim de Baixo.

Hist. Em muitos mapas seiscentistas aparece êste designando um insig-

nificante riacho da costa piauiense; não se trata do rio Itapicurú do Maranhão.

Etim. Alt. de *Itape-curú*, o lagoado caroçudo, empolerado; de certo, uma lage de conglomerato arenítico, comum nas nossas costas.

TATAJUBA — *Geog.* Atualmente é um sítio na enseada de Jeriquaquara, na praia do Curiú, mas nos mapas seiscentistas e roteiros coevos designava uma ponta bordada de recifes no distrito de Trairi.

Hist. Trata-se de um velho topônimo, já referido em 1615 pelo piloto da armada de Alexandre de Moura, Manuel Gonçalves, que lhe dá a grafia *Catagiba*, e dizia estar esta ponta situada a oeste da ponta do *Paramerim*. É a mesma que Mariz mencionou no seu "Roteiro" com o nome de *Atatajuba*, e Albernaz, no seu mapa chama *Otatajuba*.

É fácil identificar a antiga ponta da *Tatajuba* com a atual ponta das Flecheiras. J. Blaeu fá-la figurar no mapa que organizou (1649) entre o rio *Mondahug* (Mundaú) e o *Taraira* (Trairi). Portanto, não pode ser outra. Mariz confirma rigorosamente esta identificação quando diz: "Pera boa conhecida em terra está hua roboda (reboleira) de canas (flecheiras), que fazem como bandeiras logo outro arrecife... Atatajuba" (Reg. de Pilotos).

Etim. Para Teodoro Sampaio *tatajuba* ou *tatahiba* é corr. de *tata-yba*, a árvore de fogo, o pau de fogo, o pau amarelo. Para quem conhece a grafia dada por Marcgrave em 1647 (*tataiiba*) e a respectiva descrição da árvore, não pode aceitar outra interpretação. Paulino Nogueira, porém, pensa que é corr. de *itá-juba*, pedra ou pau duro e amarelo.

Este vegetal (*Maclusia tinctoria* ou *M. xanthoxylon*), cuja madeira foi durante muitos anos, no período colonial, objeto de exportação do Nordeste, segundo aquêlê velho e criterioso naturalista holandês, produz madeira muito dura que, por cozimento, dá "uma tinta vivamente amarela".

TIMÔNIA ou **TIMONHA** — *Geog.* Rio cujo estuário serve de linha divisória entre os estados do Ceará e Piauí. Este estuário é muito amplo, tem várias ilhas e nele deságua também o rio Ubatuba.

Hist. O topônimo apareceu no mapa de Hondíus em 1636, sob a forma de *Pemona*, talvez *Temona*. Ocupa este nome posição que corresponde, não ao atual rio *Timônia*, mas a do rio Ubatuba. No lugar em que devia estar o nome *Temona* existe o topônimo *Marandahug* ou *Maranaú* (vide).

Nas cartas de sesmaria surgiu em concessões do começo do século XVIII. A que em primeiro lugar o registou foi a de Da. Maria Gaga e Da. Josefa Machado, e nela está escrito *Temona*. Noutras cartas de sesmaria se escreve *Timona*.

Etim. É difícil fazer uma razoável análise do nome considerando-o tupi; donde a sugestão de que deva ser tapuia, provavelmente tremembé.

Todavia Teodoro Sampaio pensa que se trata de uma corr. de *ty-mõe*, a água posta ou levada. Menos artificial seria: *temo* de *tembo*, gerúndio do verbo *tem*, tirar, colher; e *nãe*, coco ou castanha; apanhar ou colher cocos ou talvez castanhas de cajú. O cajueiro é muito abundante em todo litoral nordestino. Uma e outra destas interpretações são sensivelmente fracas mas ajustadas á língua tupi.

TIPOI — *Geog.* Antigo nome do atual riacho da Jacarecanga que irriga o subúrbio ocidental desta capital.

Hist. O topônimo encontra-se exclusivamente em documentos holandeses, com a grafia característica: *Tipoig*. Está de modo muito expressivo no mapa de Matias Beck, confeccionado em 1649.

Étim. *Tipoig* é corr. de *timbó.y*; riacho das timbaúbas. A denominação é muito apropriada porque antigamente cresciam nas magens deste pequeno curso d'água enormes timbaúbas, de que ainda hoje, no bairro da Jacarecanga, se podem ver alguns magníficos exemplares.

UBARANA — *Geog.* Nome com que durante o século XVII era conhecida a atual ponta *Grossa*, no município de Aracati.

Hist. Esta ponta merece especial referência porque foi o primeiro lugar do território nacional lóbrigado por gente da Europa. Deu-lhe Vicente Pinzón, que a descobriu em Fevereiro de 1500, a denominação de "Santa Maria de la Consolacion". No mapa de Juan de la Cosa, o primeiro em que figura terras americanas, tem apenas o designativo de "Cabo de Santa Maria". Chamou-se mais tarde "Cabo Corso" e no século segundo do descobrimento "*Ubarana*", agora modificado para *Jabarana*, topônimo que ainda hoje concorre com o de *ponta Grossa*.

Diogo de Campos e Manuel Gonçalves, aqui várias vezes citados, em 1615 já adotavam a grafia certa; mas no livro "Rezão do Estado do Brasil" de 1621 está *Aubarana*.

Étim. De *ubá.rana*, semelhante a canoa, imitando canoa. O nome da ponta ou cabo provém de um peixe homônimo, comum nas costas nordestinas. Já o naturalista holandês Marcgrave se refere a esse peixe e o descreve com o nome de *Vubarana* e observa que o seu corpo é cilíndrico e alongado. Daí a semelhança com as leves canoas dos índios (*ubás*).

URUBURETAMA — *Geog.* Serra que, a cerca de 45 quilômetros do mar, se eleva entre os municípios de Itapipoca, Uruburetama e Itapagé. Em dias claros é visível do mar que confronta com a costa do Mondaú.

Hist. Em nenhum documento seiscentista encontramos referência a este topônimo. Entretanto, ele já devia ser corrente entre os tupis desde a passagem dos jesuítas, em 1607, os quais o traduziram para o português, chamando a montanha de "serra dos corvos".

Étim. de *urubú.retama*, a região, a terra dos urubús.

UXUBUBÚ — *Geog.* Nome tapuia da serra da Uruburetama.

Hist. Sómente encontramos referência a este topônimo no "Regimento de Pilotos" publicado em 1655, de autoria de Mariz Carneiro. No mapa de van Keuler a serra de *Uxububú* traz a denominação curiosa de *Vaca Boba*, certamente corrupção de um nome tapuia. Queremos crer que a expressão *Uxububú* é de origem tremembé, e deve ter sido colhida dos índios na costa: e a de Keulen (*Vaca Boba*) é de origem anacé ou tarairiú.

Étim. Sendo vocábulo tapuia, não temos elementos para fazer qualquer análise etimológica que revele a sua significação.